

PELA RAÇA PELA LÍNGUA



Nº 15

BOLETIM DA SOCIEDADE
LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

Do presente Boletim da SOCIEDADE LUSO-
AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, composto e impresso no decorrer do quarto trimestre do ano de mil novecentos e trinta e cinco, nas oficinas Gráficas da Casa Villas Boas & Companhia, tiraram-se cincoenta exemplares em papel Bufon inglês, W. T. & Alex. Pirie, além da edição comum de 3.000 exemplares para distribuição gratuita.



"As idéas não se vendem, dão-se" — THEÓFILO BRAGA

Distribuído gratuitamente

N.º **15**
Terceira Série

COMISSÃO DIRECTIVA
António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade
e Francisco das Dôres Gonçalves

Outubro a Dezembro
1 9 3 5

ALVITRE



IZ-SE por vezes à boca cheia, do alto de tribunas e em soleníssimos artigos de fundo, que o Brasil é a obra prima de Portugal.

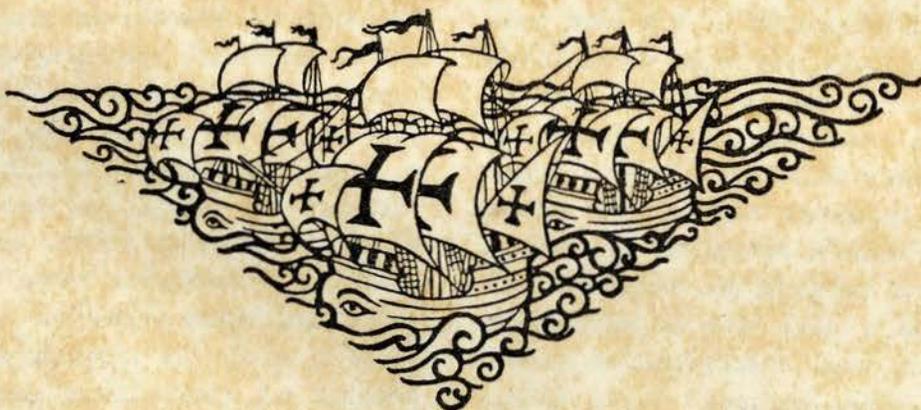
Quem assim perora ou escreve sem pesar os factos ou medir as consequências de tal afirmação — e é bem crescido o número dos que dêsse modo discorrem —, não se lembra que semelhantes palavras podem melindrar, com carradas de razão, o brio, a dignidade de quarenta milhões de almas, que é o número actual de brasileiros, porque, em verdade, se, efectivamente, foi grande a obra que os portugueses alicerçaram com inteligência e saber, esforço e visão, lágrimas e risos, sangue e suor, no largo chão americano do Amazonas ao Prata, na antiga e vasta América Portuguesa, — tão grande e surpreendente, tão sólida e fecunda, tão densa, poderosa e aglutinante que não é difícil palpá-la nem trabalhoso ti-

rar-lhe a prova dos nove, ou a rial, se duvidarem, tão clara, límpida e patente ela se apresenta na esplendorosa nudez da verdade aos olhos dos estudiosos e dos observadores de alevantado e imparcial critério —, muito maior, verdadeiramente extraordinária tem sido, no espaço e no tempo, a obra deslumbrante de continuação e sentido innovador dos brasileiros, na vastidão sem fim do seu pátrio solo, — de Norte a Sul, das margens do Oyapock às margens do Chuy, nas cochilas gaúchas, de Leste a Oéste, das cidades praieiras, debruçadas sobre o azul de safira das águas atlânticas ao mais remoto e minúsculo aglomerado humano perdido na esmeraldina amplitude da Amazónia, o aliciante *Inferno Verde* da lenda e do mistério —, sem descanso, desfalecimentos ou tréguas, erguendo cidades de todos os tipos e feitios, desde as capitais ciclópicas e trepidantes dos arranha-céus, autênticas metrópoles sé-

culo XX, até às mais incipientes povoações dispersas por êsse interior além, mas nas quais, apesar de tãda a sua modéstia, não deixam de sobressair aquelas linhas características do colonizador português, que são os traços comuns de tãdas as cidades que levantou na América, como admiravelmente salientou o Sr. Dr. Gilberto Freire, o autor insigne, o jovem mestre de "Casa Grande & Senzala", com todo o poder da sua penetrante inteligência e segura erudição: — "o sobrado *feio e forte*, com varanda para a rua — que é a nota brasileira de Bananal como de Rio Formoso, do velho São Paulo como de Recife antigo; a rua estreita — dentro de certas condições, tão sãbia nêste clima; a telha oriental; o jardim emendando com a horta". E com esta mesma facilidade com que erguem grandes cidades e pequenas vilas, estendem as culturas a perder de vista; perfuram o solo à cata de ouro, de ferro, de carvão, do cubiçado petróleo,

do qual, segundo sentença de Clemenceau, "cada gota vale uma gota de sangue humano"; rasgam estradas; singram rios e arroios; escalam e varam montanhas; cortam com as asas dos seus aviões o azul do céu que os cobre, num esforço irradiante de civilização como não há outro que o sol dos trópicos cubra e ilumine.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que surgiu para realizar uma obra antiga por métodos novos, procurará servir os ideais panlusitanos, auscultando e servindo simultaneamente a expansão irresistível da jovem e esperançosa civilização brasileira, e vale-se dêste ensejo para formular um voto que deveria ser convertido em lei e como tal incluído na legislação portuguesa: nenhum governador, pelo menos de Angola e de Moçambique, poderia assumir êsse cargo sem passar pelo Brasil e aqui se demorar alguns meses a ver, a estudar, a aprender.



FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

IMPERIALISMOS

O CASO PORTUGUÊS

(ESPECIAL)



nacionalidade que não possui, pelo menos em germen, a idéa imperialista, o desejo de uma expansão nacional, estará condenada a um desaparecimento que poderá não vir longe.

Mas... o nosso imperialismo não visa à conquista, não deseja acréscimo de territórios, não admite a usurpação do que aos outros pertence. Não é o imperialismo, segundo a noção do Conde de Fels — a vontade dum povo no alargamento do seu domínio e da sua influência, além das suas fronteiras primitivas — êle tem antes por objectivo uma íntima colaboração entre as potências europeias e mundiais, deseja ser um instrumento de harmonia e de paz entre os povos.

Imperialismo de origem colonial, baseado na estreita unidade económica entre tôdas as partes constitutivas do Império, êle dinamiza-se sob um ideal humanitário.

Não pretendemos o exercício de funções universais, não desejamos transformar-nos em potência dominadora, sacrificando os satélites que ao nosso redor se viéssem a formar, simplesmente queremos concretizar o papel que a História e o destino nos impuseram e objectivar as nossas naturais tendências e inclinações para a colonização, entendendo-se por esta palavra a formação de novas sociedades civilizadas, respeitando-se certos usos, costumes e preconceitos dos povos em atraso cultural.

PELO DR. JOSÉ DE OLIVEIRA BOLÊO

LICENCIADO EM CIÊNCIAS HISTÓRICAS - GEOGRÁFICAS
PROFESSOR - METODÓLOGO DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONAL

Do que fizemos, fala a nobre nacionalidade, filha e irmã — o Brasil —, fala S. Tomé e Príncipe; do que somos capazes de fazer, falará um dia Angola!

O nosso imperialismo — a História o diz — não se funda na força bruta nem tende a alcançá-la. A nossa melhor defesa reside não nas armas, mas no enfraquecimento do motivo de acusação que contra nós, por vezes, se tem feito ou possa fazer. Dando uma lição de paz, nós vamos servindo a causa da civilização.

O imperialismo português possui características que o tornam inconfundível; enquanto o imperialismo italiano e japonês, nos tempos presentes, e o britânico nos tempos passados, pârtem dum corpo de idéas para a sua objectivação, o nosso imperialismo partiu da prática para a teoria e esta quasi sempre se subordina àquela.

Partindo-se da idéa para a execução a guerra pode gerar-se, contribuindo-se assim para o nosso próprio desequilíbrio e até desmembramento, o imperialismo luso, pre-existente, com as fronteiras dos seus domínios absolutamente demarcadas, pretende apenas o *arrumo da casa* e uma vez tudo organizado, ou em progressão crescente de realização, transformar-se-á num instrumento de paz e segurança.

O bloco português antepõe o factor económico ao político, deseja, não só por si próprio, mas com a colaboração lial e desinteressada de outros, o fomento das suas riquezas do sub-solo, agrícolas, pecuárias e transformadoras.

Dizemos com a colaboração lial e desinteressada de outros porque o factor económico não pode torna-se realidade sem um ajustamento entre os diversos blocos, dado o seu carácter de interdependência.

O equilíbrio dentro do económico não reside no facto de um Estado se bastar a si próprio, mas na harmonia e estreita unidade entre um certo número de países produtores. Quanto maior fôr a cooperação entre os diversos povos tanto maior vitalidade criarão êsses mesmos povos.

Se preferirem o insulamento, se a cooperação fôr incompleta ou imperfeita, as nacionalidades que tal política seguirem estão condenadas a um enfraquecimento crescente, e daí à morte será um passo.

Não queremos com isto dizer que a emulação que possa vir a levantar-se entre os diversos blocos económicos formados, seja um mal. Se acaso um grupo rival predomina, é porque tem a cooperação mais bem organizada, e então a vereda que o grupo estacionário ou a caminho do enfraquecimento tem a seguir, é procurar vitalizar o seu sistema económico de modo a correr parilhas com aquêles que à sua frente caminham. Assim como no domínio material só se pode triunfar pelas leis da associação e cooperação, assim deve acontecer dentro do domínio humano.

— ¿O facto dum Estado possuir territórios será razão para que sobre êle se possam desencadear murmúrios e desejos de absorpção por parte de outrem?

— De certo que não. Êsses territórios, valorizados pelos seus possuidores, encontram-se abertos ao comércio de todos os que com êles queiram traficar. Poderão mesmo receber homens e capitais, devidamente controlados pelo Estado dominante, afim de melhorarem as condições de existência de todos, num ideal verdadeiramente humano.

O sentimento de conquista deve canalizar-se ou mesmo sublimar-se. Além disso êle perde-se logo que se projecta emigrar. Os italianos, por exemplo, quando procuram um lugar ao sol, não

se dirigem, na maior parte das vezes, para a Somália ou para a Eritreia, nem se dirigiriam, em massa, um dia, se acaso viéssem a conquistar a Etiópia. Eles procurarão a Argentina, os Estados Unidos, o Brasil, enfim, as regiões onde vissem mais fáceis e próximos os frutos do seu trabalho. Logo, as guerras de conquista devem ser afastadas de uma vez para sempre, dado o motivo dos territórios se encontrarem já repartidos ou o sentimento nacional já enraizado, isto não querendo levar em conta o facto averiguado de que a guerra de conquista traz indubitavelmente a decadência do capital humano, financeiro e moral de quem a pratica.

Quanto mais se *possui* um território conquistado tanto maior será o empobrecimento do dominador. O que se torna necessário hoje, por justo e humano, é o estabelecimento dum intercâmbio económico quer com as próprias colónias, quer com as colónias de outrem ou países estrangeiros, de modo a organizar-se um sistema de vantagens mútuas.

A ânsia de conquista, a fôrça militar, apenas desequilibra mais o factor económico. Nem a invocação de qualquer lei biológica, nem a defesa de qualquer teoria melhor ou pior architectada acêrca da defesa própria ou do direito de existência, justificam hoje a guerra avassaladora de conquista.

E' preciso não confundir fronteiras políticas com fronteiras económicas. Aquelas devem ser consideradas como sagradas, as segundas não possuem marcos a delimitá-las: sofrem avanços, recuos, não se conhecendo nunca onde começam, onde acabam ou onde poderão ir.

* * *

Tais são os nossos conceitos acêrca da guerra de conquista, tais são os caracteres que notamos no imperialismo lusitano e nos fins que pretende atingir.

Jose de Oliveira Boleo

A **CONCEPÇÃO DO** **IMPÉRIO**

PELO VICE-ALMIRANTE JOSÉ DE SOUSA E FARO

(ESPECIAL)

(Palestra radiofónica)

ANTIGO GOVERNADOR GERAL DE ANGOLA
ANTIGO GOVERNADOR DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE



AS reminiscências dos factos da história de Portugal, vai-se encontrar, como manifestação elevada do prolongamento da pátria, em determinadas épocas, a concepção do Império Colonial. Iniciou-a o Infante D. Henrique, esboçando e delineando vagamente, a ideologia desse Império, numa visão advinda de inteligente estudo, para mais tarde, em D. João II e D. Manoel I, tomar corpo e maior precisão, com a descoberta dos caminhos marítimos inter-oceânicos, e com a conquista de largas terras.

O grande Afonso de Albuquerque, acentuou bem o propósito de um grande Império na Ásia, com os seus vestibulos estratégicos organizados nas posições, Áden, Ormuz e Malaca. Plano grandioso, desfeito após a sua morte, mas depois aproveitado em todos os seus permenores, pelos nossos sucessores mais audazes, os ingleses.

Algum tempo depois, em D. João III, lança-se as vistas para a constituição de um Império Atlântico, com o Brasil e as duas colónias de Angola e Moçambique e com a Guiné e as ilhas de Cabo Verde; mas a superveniência da dominação dos Filipes de Espanha, a maior calamidade que assolou o país, arrastando até à perda da sua independência, tudo conjugado com as novas ideologias que foram surgindo em épocas sucessivas, fizeram perder o influxo do rumo imperial.

Passada porém aquela época, e já muito dentro dos nossos dias, a partir de 1890, tornou a evidenciar-se a atenção de Portugal para as suas colónias, com as ocupações efectivas dos territórios de Angola e Moçambique, para fixar o domínio e estabelecer fronteiras. As nossas forças militares de terra e mar, em conjugação de esforços, assinalaram feitos de alto valor patriótico, que elevaram o prestígio da pátria portuguesa, levando as côres da bandeira nacional ao coração do continente negro.

Não é somente para o passado que se deverá volver, por mais brilhantes que tenham sido as realizações obtidas; dever-se-á encarar o futuro. E o maior desejo deverá ser, que se faça sobressair, com muito particular relêvo, o que há a fazer como sendo muito mais do que já se fez, aliás de alto valor, e que as possibilidades a atingir são mais ainda do que os resultados obtidos.

Há que atender a tôdas as nossas colónias, mais ou menos afastadas, mais ou menos difíceis, mas tôdas exigem uma fé colonial cada vez maior, e os maiores esforços para uma acção civilizadora.

Como se sabe, são em número de três os factores por excelência, para a frutificação da obra colonial: — Capital, Leis e Trabalho. A correlação destes três factores, sendo inteira e completa, dá bem a indicativa de que não pôdem estar isolados uns dos outros.

Para a obra da nossa colonização, tôda em climas tropicais, o factor Trabalho, tem de ser

encontrado no braço indígena, e esse só as boas leis o podem dar, promovendo um recrutamento consciencioso, em que se imponham os bons princípios de auxílio aos nativos.

Para o factor Leis, é indispensável proceder ao estudo metódico das condições locais, arredando a concepção empírica dos estadistas de gabinete, que só pelo cadinho do próprio cérebro querem fazer passar a organização de uma obra colectiva, alheia aos usos e costumes dos povos.

Língua cem vezes ilustre a portuguesa. Ilustre por ser a expressão de uma grande epopéa histórica que deixou seus vestígios em todo o mundo conhecido, e ainda soube abrir novos caminhos ao esforço humano. Navegação e descobrimento, civilização e conquista: tais as façanhas do peito sempre invicto lusitano. Com razão manifesta Valery Larbaud êste rastro real no testemunho das palavras sumptuárias, as que designam objectos de luxo e coisas preciosas. Língua também ilustre pelos seus tesouros literários, madrugua a cristalizar as formas da independência lírica na Península Ibérica, quando ainda não se atrevia com elas nosso castelhano central. O próprio Rei Don Afonso o Sábio que dá sua unidade à prosa castelhana, tem que passar à outra língua vizinha, ao galaico-português dos trovadores, quando se ensaia na métrica lírica para cantar os louvores de Santa Maria. Quem ama devêras a língua castelhana tem que amar ao mesmo tempo a língua portuguesa. Ambas se fertilizam uma pela outra, e mutuamente se acariciam e afagam. Eu gosto de citar, sempre que posso, o conselho do purista Estábanez ao jovem escritor e diplomata Juan Valera:

“E a propósito, dir-lhe-ei, se é que já se não compenetrou disso, a utilidade que nos apresenta a leitura dos bons prosadores portugueses. Os lusismos sentem maravilhosamente a nossa língua: são frutos de dois ramos de um mesmo tronco, que se conjugam reciprocamente para sair com nova seiva e não desmentido sabor”.

A luz do latim cai e se reflecte nos dois prismas. Ambos efeitos de refração conjugados, comparando-os, nos auxiliam melhor a notar o primitivo sabor latino, que às vezes o uso desgastou. E as palavras se enriquecem neste jogo.

ALFONSO REYES

(EMBAIXADOR DO MÉXICO NO RIO DE JANEIRO)

Para o factor Capital, tudo tem de ser claro e explícito. A forma por que deve ser encarado o problema económico, nas suas diversas modalidades, deve basear-se em dados precisos e concretos. Muitas obras e poucas palavras, conforme diz o rifão da nossa linguagem por uma forma chã e comezinha. O capital quere, com efeito, clareza nos propósitos sôbriamente documentados, de uma forma metódica e sucinta, que sistematicamente informe dia a dia o progresso colonial nas suas múltiplas formas; é forçoso que desperte da apatia em que se esteriliza, mas é preciso que seja incitado, por esclarecimentos certos e positivos.

Das nossas colónias tôdas valiosas, Angola, encontra-se em primeiro plano, quer dentro das realidades, quer dentro do grande vulto das possibilidades económicas.

E desde que os limites do território foram atingidos, é forçoso que se declare uma reacção em favor dos colonos, sob um ponto de vista mais apropriado às idéas modernas. A êste respeito basta para galvanizar as energias e recuperar-se a confiança, que surja uma idéa nova, uma grande concepção generosa e liberal, para se produzir o efeito necessário.

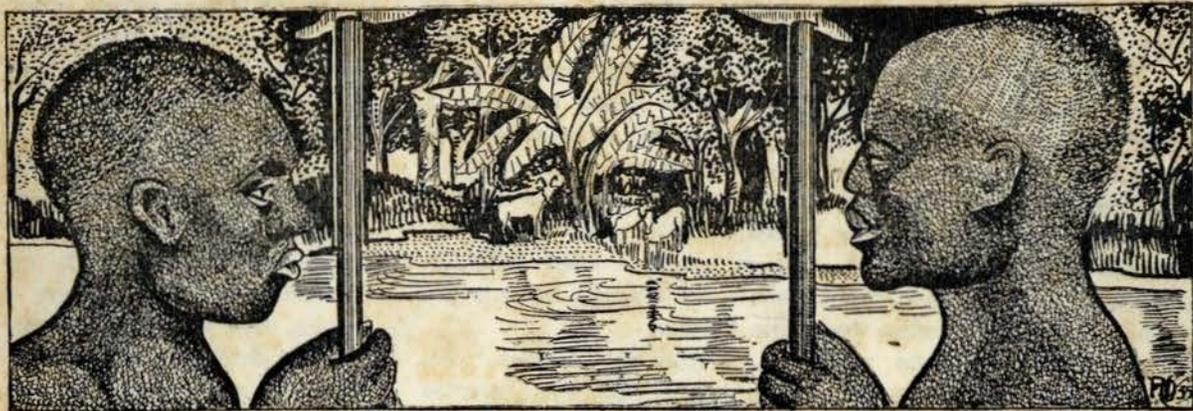
O País que possui colónias, e que nelas introduziu com critério e inteligência os factores indicados, criou, desbravou e cultivou, por isso continuou-se; e a sua defesa natural está no progresso que lhe fôr introduzido, vendo-se nelas a própria pátria.

Será, pois, o verdadeiro destino, grangear-se para a nossa nacionalidade, um lugar importante no conceito mundial, mantendo-se o nosso esforço ao nível intelectual, moral e social das demais nações que também possuem colónias. Para êsse fim, é preciso ajudar as colónias, financiando-as, fomentando-as, apetrechando-as, demonstrando bem o carinho da mãe-pátria, para que não estagnem, para que progridam e para que surjam iniciativas.

Ficará assim bem traduzida a concepção do Império, como uma necessidade que se impõe, de afirmar, a vitalidade da pátria portuguesa.

Lisbôa, 1935.

Juan Valera Estabanez
Ministro de Ultramar



ASCETISMO INDIANO

PELO DR. ANTÓNIO MARIA DA CUNHA

CORONEL-MÉDICO

DIRECTOR DE "O HERALDO", DE NOVA GÔA

(ESPECIAL)



India, que tantos julgam um mundo à parte, tem, a par dos seus mistérios e lendas, estranhas singularidades que a distinguem doutros países. Uma das mais notáveis, porém, é a dos "ascetas mendicantes", que se filia nas doutrinas fundamentais do Hinduísmo, do *Karma* e da *Reïncarnação*. Delas depende a salvação dos seus sectários, a qual só se pôde obter pela renúncia completa dos modos usuais de vida, do rompimento de todos os laços sociais, do aniquilamento da individualidade e do desejo; enfim, da contemplação absoluta em Brahma que é a Alma Universal.

O *Bagvad-Gita* que é a Bíblia hindú, não exige a abstenção de tóda a actividade; mas existe, entre os hindús, a crença na eficácia da privação do exercício de tódas as faculdades, que é a que deu origem ao ascetismo indiano, a ponto

de haver muitas pessoas que deixaram de comer, preferindo a glória de, morrendo de fome, poderem transitar para o Nirvâna, libertando-se das teias do Karma.

A filosofia *yoga* prescreve um sistema de disciplina ascética para alcançar a maior concentração possível do pensamento; e o tirocínio dum *yogi* consiste na execução cotidiana de 84 *asanas* ou exercícios, que se dizem inventados por Sivá, para robustecer o corpo que tenha de se conservar na atitude de contemplação severa ou de *Yoga-Samadhi*, necessária para destruir a ilusão da individualidade.

Calcula-se em cinco milhões o número dos "ascetas mendicantes", que são designados por diversos nomes: *gosains*, *sadhús*, *saniasis*, *yogís*, *bairagis*, etc., que percorrem a India tóda, renunciando aos seus haveres e vivendo como parasitas à custa da generosa e supersticiosa comunidade hindú. Alguns são, de facto, ascetas

religiosos; mas a maior parte, espêculadores vulgares, que se servem, principalmente, da magia para explorar gente ingénua e crédula, e desaparecem com dinheiro e joias que recebem com a promessa de os multiplicar; outros entregam-se, sob a capa de santidade, à mais desenfreada devassidão. Andam com pouca roupa, o cabelo e a barba desgrenhados e empastados e o corpo coberto de cinzas, que servem para afugentar os vermes dos seus corpos.

A' renúncia, que em muitas seitas é de todos os desejos e paixões, juntam-se variadas torturas que infligem às suas próprias pessoas. Vêem-se nas feiras e centros de peregrinação em estado de perpétua contemplação, sentados com as pernas cruzadas; alguns, simples esqueletos com horríveis deformidades produzidas pela sua conservação contínua na mesma posição; outros, reclinados sobre leitos de pregos, havendo o caso autêntico dum

sadhu que se conservou num desses leitos mais de 30 anos!

Não menos fantástica é a tortura dos que impõem a si próprios a penitência de ter o braço levantado acima da cabeça, perpendicularmente, conservando-o nesta posição até se tornar um pau sêco e ser impossível abaixá-lo. Alguns conservam levantados ambos os braços, de maneira que não se podem alimentar, e as unhas crescem descomunalmente, tanto que flutuam ao sabor da brisa. Outros baloçam no ar, suspensos dum gancho fígado nas costas, na presilha de carne, previamente cortada para êste fim!...

Em alguns terrenos baldios vêem-se fileiras de braços humanos; são sepulturas temporárias dos *yogis* que se enterraram vivos e se conservam com a respiração suspensa de baixo da terra por muitos anos. Os longos períodos de meditação a que se sujeitam, desenvolvem nêles faculdades que na maior parte da humanidade estão latentes; assim, a suspensão da respiração, durante a qual se recitam *mantras* ou encantamentos, altera o funcionamento normal do organismo com estranhos resultados, de maneira que experiências de séculos têm descoberto funções desconhecidas, que se transmitem aos pupílos e aos iniciados.

Alguns ascetas conservam-se imóveis por muitas horas, com as pernas cruzadas no ar, sustentando o pêso do corpo sôbre a cabeça e os cotovelos. E' a

posição *shirsana*, uma das 84 *asanas* dos *yogis*. Como esta *asana* não exige grande esforço, alguns ainda enterram a cabeça, sendo tôdas as torturas praticadas sob o pleno sol de verão. Alguns *sadhús* suspendem-se pelo tornozelos e com a cabeça para baixo baloçam sobre um braseiro durante um dia inteiro.

Depara-se muitas vezes nas feiras com ascetas "rolantes", que fizeram o voto de rolar duma terra para outra como uma bola, dum centro de peregrinação a outro; e assim percorrem milhares de milhas, com uma flecha na boca.

Entre os ascetas existem actualmente menos de 200, que adquiriram o gosto repugnante da carne de mortos, aos quais se atribue o costume de roubar cadáveres dos cemitérios, com o intuito de mortificar a natureza e ostentar a humildade! Outra seita estranha é a dos *aradhis*, classe mixta de tôdas as castas, em que entram ainda os maometanos.

Há ainda outra classe muito singular, os *digambars*, que andam sem roupa alguma, pretendendo demonstrar o domínio da sua vontade não só sôbre as sensações físicas como o calor e o frio, mas ainda sôbre as emoções que delas resultem, como a vergonha. Passam em grandes cortejos por diversas partes da India, no meio de grandes multidões, sem pensar na ofensa à moral pública e sem a consciência de que constituem um espectáculo escan-

daloso. Quando a policia intervem para proibir aquelas vergonhosas cênas pelas ruas das cidades, os *digambars* ameaçam fazer a greve de fome até à morte. A *Kumbh Mela* é uma feira religiosa que se realiza, de doze em doze anos, nas proximidades de Allahabad, na confluência dos rios Ganges e Jumna, onde acorre número incrível de devotos, que na última feira foram mais de três milhões. Acreditam que com a ablução naquêle sítio, em determinado dia, êles obtêm uma vantagem decisiva no ciclo immediato da reïncarnação. Pois, na última feira houve um cortejo de 3.000 ascetas *digambars* à pai Adão, aos quais se abriu caminho no meio da multidão, contida por meio de cordas, por baixo das quais se metiam as mulheres para apanhar a terra que êsses "santos" tivessem pisado e colocá-la na sua testa.

Esta ocasião é extraordinariamente importante para o hindú ortodoxo, que, por isso, arrosta todos os perigos de epidemias, acidentes e outras tragédias inerentes a tão colossais aglomerações, além doutras, como o recrudescimento do infanticídio, que deriva da crença de que a morte naquêle lugar sagrado garante melhor renascimento na reïncarnação seguinte.

E tudo isto com a consoladora esperança de melhor renascimento, que a inexorável lei do *Karma* lhes garante.

Nova Gôa, — 1935.

Antonio Maria da Cunha





MANUEL ANTÓNIO DE SOUSA
CAPITÃO MÓR DE MANICA E QITEVE

“É MINHA PROFUNDA CONVICÇÃO DE QUE NÃO EXISTE PESSOA
ALGUMA, NA METRÓPOLE OU EM ÁFRICA, CUJOS SERVIÇOS AO PAÍS,
NA PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE, SE IGUÁLEM AOS DE MANUEL AN-
TÓNIO DE SOUSA”

PAIVA DE ANDRADE



Alguns Pavilhões

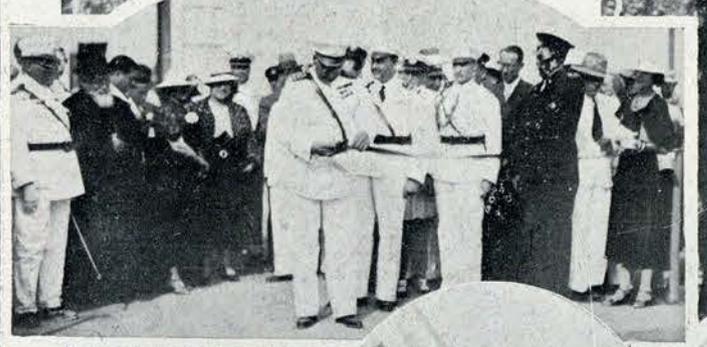
EXPOSIÇÃO DE

BENGUÉLLA

Aspecto da parada



Acto inaugural



Revista às tropas

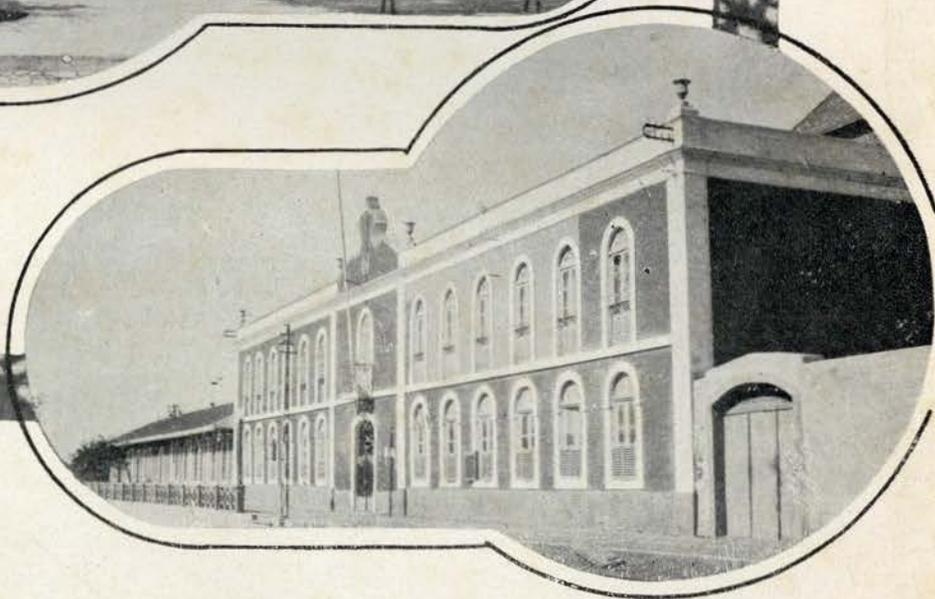
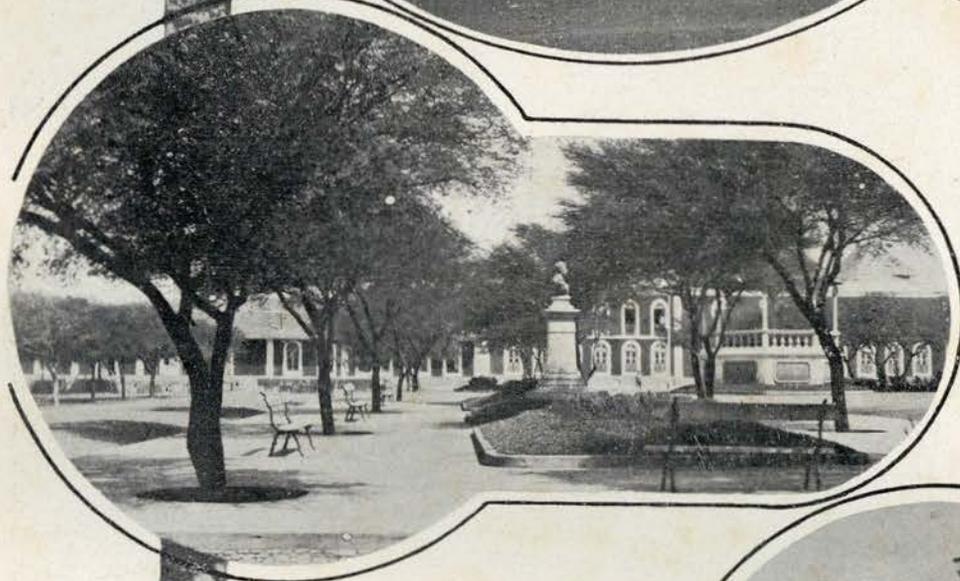
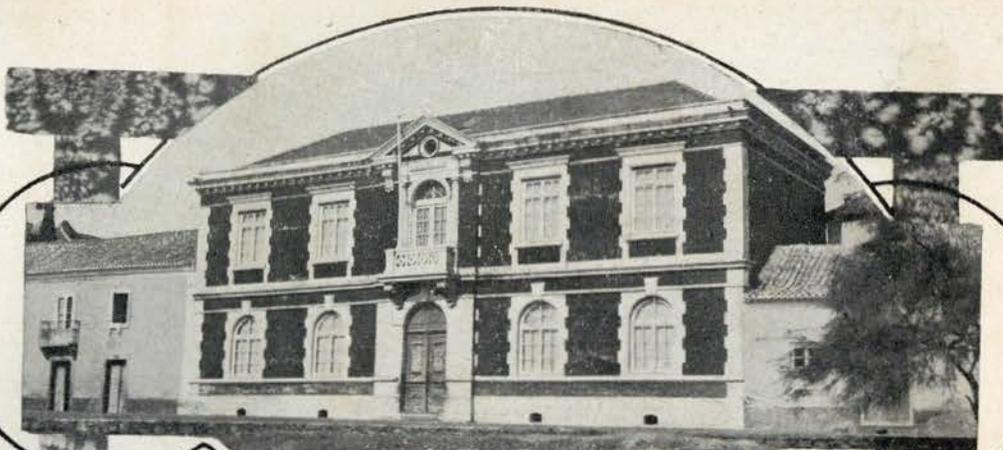


Concurso de "misses"



Parada Indígena





CABO VERDE

CIDADE DA PRAIA

**Escola Primária
Praça dos Governadores
Repartição Central**



A PROVÍNCIA DA HUÍLA

PELO CAPITÃO CARLOS AFONSO DOS SANTOS

ESCRITOR — ROMANCISTA E DRAMATURGO
GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DA HUÍLA
ANTIGO GOVERNADOR DE INHAMBANE

NINGUÉM desconhece como tôda esta imensa província dàquém e dalém Cunene, diferindo essencialmente, flagrantemente, de tôdas as outras regiões da Colónia, pela violência dos contrastes, pela heterogeneidade dos elementos activos, pela multiplicidade e desconexão dos seus problemas vitais, pelos desconcertantes aspectos da sua vida íntima, pelos dispaes agentes do seu clima social e até pela sua própria configuração e situação geográfica, constitui por sí só um problema, um grave e complexo problema nacional, a que podemos chamar o *problema do Sul de Angola*.

Uma imensa planície desértica, debruçada sôbre um mar fantásticamente rico, e barrada de norte a sul pela ciclópica muralha duma cordilheira interminável, de cujos cimos alpestres se estende para nascente, em pendor suave, como um oásis de paraíso vergiliano, outra imensa planura verdejante de várzeas, pastagens e florestas, até as margens lodacentas dum grande e lento rio, além do qual outra vez o deserto se prolonga hirsuto e hostil — tal é a largos traços a fisionomia geográfica da actual província do Sul de Angola.

No seio duma natureza assim, simultâneamente, tentadora e páfida, aliciante e hostil, sob um clima que vai do regime sub-tropical do Cuanhama à benignidade elísea do Planalto, e das cheias torrenciais do Baixo Cunene às estiagens ininterruptas de Mossâmedes, aqui cohabitam e formigam, dispersivamente, em grandes manchas insulares, núcleos compactos de gente branca, já fixada por sucessivas gerações, e tribus aborígenes de gente negra das raças e índoles mais diversas e em todos os estádios da vida

primitiva — desde o infra-humano *mu-cancala* ou do insubmisso *mucubal*, em puro regimen de pastorícia, até ao apático *muhuila* ou ao pacífico *caconda*, já enquadrados, em graus diversos, na disciplina da administração europeia. Imiscuída nesta heteróclita paisagem social, por tôda a vasta área intermédia, a mais rica, variada e exótica fauna selvagem que os viciosos de caça possam sonhar; e como se não bastasse a prodigalidade da natureza brava, ao rés das desérticas areias do litoral, a mais abundante, policroma e saborosa fauna marítima que em todo o mar Atlântico se conhece.

Tudo neste Sul de Angola — gentes, solo, clima, possibilidades económicas, configuração geográfica, heterogeneidade e antinomia dos factores vivos em presença — tudo se conjura para fazer de tão vasta região, sob o ponto de vista político-económico, o mais perturbador e incôerecível enigma.

E é esse o terrível filtro, o perverso encanto do Sul de Angola.



O PORTUGUÊS

(NA ÉPOCA DA COLONIZAÇÃO DO BRASIL)

Fôra em nome d'Elrei, Nosso Senhor" que, um dia
Alvejando no azul do pélagio profundo,
Voejaram de Cabral as Velas à porfia,
Na colonização do Velho ao Novo Mundo.

A gente d'ultramar na audaz pirataria,
Em vendo a terra em flor, bendisse o Éden fecundo
E cúpida, brutal, com os frutos que colhia,
Tornou-se maldição do índio moribundo!

Embora! O ardor da Raça Heróica em recompensa,
Fecundou o Eldorado e deu-lhe, como crença,
O Evangelho imortal da clássica Beleza!

E a tuba de Camões que, além dos céus, vibrava
Com ênfases de oceano, altíssima, cantava,
O harmónico esplendor da Língua Portuguesa.

C Y R O C O S T A

ESTRADAS CAMINHOS DE FERRO EM ANGOLA

(ESPECIAL)

POR LUÍS DA FONSECA
ENGENHEIRO E COLONIALISTA



ALO que julgamos, não há, no Mundo, empresa exclusivamente ferroviária que tenha dado lucros remuneradores aos capitais dispendidos.

É, sempre, à mais valia dos terrenos servidos que, essas empresas, perdendo a característica de

exclusivamente ferroviárias, vão buscar a compensação do seu esforço. E são, no entanto, mesmo assim, muito raras as que, hoje, se podem ufanar duma situação desafogada.

O custo, quer da construção, quer da organização complicada que demandam os caminhos de ferro, e, o seu principal fim, o fomentar, são razões de sobra a tornar essas empresas deficitárias. E é o conhecimento desta verdade, por parte dos Estados, que sempre os tem levado, chamando-as a si, a evitar a queda ruïnosa de empresas ferroviárias.

Se é certo que, ao estabelecimento dos caminhos de ferro se deve a maior parte do forte desenvolvimento actual dos diversos países do mundo, podendo mesmo avaliar-se do seu grau de desenvolvimento pela maior ou menor densidade dos seus caminhos de ferro, é um erro, profundo, pretender ligar hoje, esta política ferroviária a todo o progresso a realizar de futuro.

O Caminho de Ferro foi, na verdade, o grande fomentador, mas a sua rigidez, a sua manifesta falta de adaptabilidade às condições modernas de vida, fá-lo-ão, rapidamente, desaparecer, em presença da estrada moderna.

Razões de ordem internacional, já não de ordem económica, poderão levar, ainda, à construção de caminhos de ferro.

O futuro económico, porém, dos diversos países, em especial os novos, os atrasados

e os em formação, está numa boa rede de estradas onde se compreendam as auto-estradas americanas e as directíssimas italianas.

Por isso a construção ou reconstrução das suas redes se impõe mas numa visão larga, preparação dum futuro melhor.

Uma reconstrução nos moldes da que tem sido efectuada em Portugal e consolidando os primitivos traçados torcicolosos, (Estrada de Turismo, Lisboa, Estoril, Cascais, Cintra) mais parece destinada a uma reconstituição histórica do que tem sido a viação ordinária, até aos nossos dias, nunca, porém, obra definitiva e de vulto, marcando uma nova etapa nos meios de comunicação modernos.

* * *

Há 25 anos, em Paris, realizou-se o primeiro Congresso Internacional da Estrada.

Nêle foram estabelecidas, por assim dizer, as primeiras leis que regeram a circulação automovel. Leis essas a maior parte das ainda em uso, satisfazendo, quasi por completo, a um período de transição como o que medeia, desde então, aos nossos dias.

Num momento em que o aparecimento da viação automovel não fazia, ainda, prever o seu largo futuro, tornou-se, certamente, ousado o que se decretou e previu nêsse Congresso.

Escreve Vinsonneau, talvez, um pouco descrente:

“Et l'on parlait du tour du monde en “automobile sur la route moderne et les Suedois parlaient de la visite de leur beau pays “en voiture mecanique!

“Peut-être qu'un jour viendra ou ce beau “rêve, que déjà nous avons fait depuis plus “de vingt ans, sera réalisé”.

E a seguir, num desejo humanitário, símbolo do pensamento francês da época, lança a previsão.

“Esperons que lá voiture rapide portera “la pensée et le bien-être dans le Monde “entier, moyens pacifiques de rendre tous les “peuples frères, de saper les poteaux des frontières et de reduire les armements, souvenir “d'un outre age”.

Vinsonneau tinha, duplamente, razão: "l'a voiture rapide à porté", porém, não quiseram os fados que, mais cedo, ela desse começo a uma outra idade.

De então para cá, e em especial após a Guerra, a grande impulsionadora destes últimos 15 anos, o incremento automobilístico tem sido de tal modo rápido que excedeu todas as previsões, mesmo as mais ousadas.

E se, um maior incremento se não deu até aos nossos dias, isso deve-se, apenas, a dificuldades de ordem técnica, hoje, felizmente, por completo removidas.

Daqui por diante, porém, um novo moderador se apresenta, não já actuando directamente na produção, mas indirectamente, pelas dificuldades crescentes de utilização deste meio de transporte, por falta de espaço.

Paris defende-se, ainda, com regulamentos de circulação, Nova York limita a inscrição dum maior número de veículos, Londres abole o limite de velocidades nas suas artérias.

Isto que se passa nas cidades, começa a fazer-se sentir em estrada rasa.

Não falando já na América do Norte; na Europa, a França, já depois da Guerra, viu decuplicar os seus meios de transporte automóveis. Perto de milhão e meio de veículos circulam nas suas estradas, já hoje com dificuldade, e, a França pode orgulhar-se de ter uma das melhores e maiores redes do Mundo: 700.000 kms.

Dois únicos meios existem para lutar contra este estado de coisas: um o alargamento das faixas de rolagem, permitindo a inscrição dum maior número de veículos, o outro, o melhoramento do traçado dessas estradas, adaptando-as às altas velocidades.

Nos países densos em que as expropriações se tornam muito caras, será a este último meio que se recorrerá de preferência.

Nos novos, nos atrasados e nos em formação, o conjunto dos dois sistemas deve ser o aplicado.

As antigas estradas, todas destinadas à tracção animal, foram estudadas de modo a darem o menor esforço a essa tracção e tiveram como base de estudo a força do cavalo. Os declives máximos, as rampas entremeadas de patamares, foram sempre estudados de acordo com esse tipo, de tracção. Além disso a pequena intensidade de transporte, levava a procurar

à estrada o seu traçado mais económico, evitando obras de arte, aterros e desaterros, tendo sempre mais em vista, o menos custo da obra que o máximo encurtamento dos traçados.

O fugir a expropriações e, a existência, apenas, de pequenas velocidades, mais levou aos traçados sinuosos de curvas apertadas.

Mas estas estradas destinadas à tracção animal que formam a rede de estradas de todos os países civilizados, e que tiveram a sua razão de ser, não se encontram em Angola.

Ali, a passagem do transporte de dorso de homem ao mecânico, deu-se bruscamente, não tendo havido o longo período de transição que daria lugar ao estabelecimento dessas estradas. As existentes, foram já destinadas a meios de transporte automóveis e, os defeitos que apresentam, são, apenas, motivados por não ter havido direcção técnica no seu traçado e construção.

A chamada velocidade comercial por estrada, hoje, em Angola, é da ordem dos 50 km/h, limite este não ultrapassado já, apenas, por mau estado das estradas.

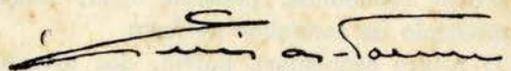
O prever velocidades comerciais da ordem dos 100 km/h, num futuro muito próximo, não é uma utopia, quando, desde já, turismos de série atingem os 200 km/h.

O exceder mesmo os 100km/h, será, apenas, função da estrada sobre que os veículos rolem. O perigo de falta de estabilidade só a partir dos 200 km/h, se fazem sentir fortemente.

É certo que, regiões existem onde velocidades desta natureza nunca poderão ser atingidas, noutras, porém, elas serão fáceis.

E as rectificações que haja a fazer em estradas, actualmente, se quiserem ser de molde a marcar uma nova época, deverão ser tais que preparem as estradas a velocidades dos 100 a 200 km/h.

No que diz respeito a faixas de rolagem, os seus melhoramentos, dispendiosos, virão a seu tempo, quanto aos traçados, adaptáveis àquelas velocidades é, quasi sempre, questão dum mais cuidado estudo.



DIVISÃO ADMINISTRATIVA

DA COLÓNIA DE MOÇAMBIQUE

POR MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

ANTIGO OFICIAL DO EXÉRCITO
LICENCIADO EM DIREITO E ADVOCADO

(ESPECIAL)



MOÇAMBIQUE, que se estende à beira do Indico, marca seus extrêmos na foz do rio Rovuma, ao Norte, e no Monte Ouro, pelo Sul, abrangendo 16 gráus, isto é o território nacional na Costa Oriental de África marca-se desde 10 gráus de latitude a 25 gráus de latitude sul.

Encravada, como formando uma cunha, desde o Niassa, entre os distritos do mesmo nome, Tete e Quelimane, numa penetração que vai do lago famoso do Niassa até Massingire e Mutarara, está o território estreito do Protectorado de Niassalândia cuja capital política é em Zomba, mas cujo centro mais notável é a cidade florida de Blantyre, entre Zomba e Limbi.

Cercam o território da portuguesa terra de Moçambique 16 colónias estranhas, limitando-a, ao Norte, a Tanganica, a Oéste, o Protectorado da Niassalândia e as Rhodésias do Norte e do Sul, Transvaal e Protectorado da Suazilândia, a Sul, a Província do Natal, União Sul Africana, fazendo o Indico a fronteira de Leste.

Além destas colónias fronteiriças fazem côrte amável à Colónia, a Província do Cabo, o Estado Livre de Orange, o Sudoéste Africano, a Basutolândia, Bechuanalândia, Kénia, Ugândia e Zanzibar, quási lendário.

Em cumprimento maior a Colónia de Moçambique oferta, do Natal a Tanganica, ou

seja da Ponta do Ouro à foz do Rovuma, 1965 Klms., para 1.130 Klms., na sua maior largura, da fronteira Oéste ao Indico.

A Colónia mede apròximadamente, 771.133 quilómetros quadrados de superficie, nêles comprehendidos os 134.408 quilómetros quadrados que mede o Território de Manica e Sofala, administrado pela majestática Companhia de Moçambique, única actualmente na Colónia a quem foi por carta régia de 11 de Fevereiro de 1891, depois alterada em 93 e 97, concedido o privilégio de administração autónoma pelo prazo de 50 anos.

Não nos propômos, pois escasseiam elementos, fazer a história progressa da occupação, após a descoberta, dêste vasto rincão nacional, até nossos dias. Breve esbôço passando ligeiramente pela evocação do ano de 1497 em que Vasco da Gama dobrou o Cabo da Boa Esperança, para em 1498, ao raiar de Março, fundear na Ilha de Moçambique aonde em 1500 o velho Pedro Álvares Cabral súrge, na primeira idéa de conquista, em exploração de portos e rios, dando a Sancho de Tovar o encargo de demandar Sofala, cujo pôrto abrigou dois anos mais tarde as naus de mareante e grande capitão que foi Vasco da Gama em segunda visita à costa oriental da África imensa e ignorada.

E' a Pedro de Anaia que cabe a honra de capitaniar Sofala, sendo o primeiro governador dos territórios que constituíriam a hoje bela e florescente Colónia de Moçambique.

Depois de vicissitudes várias que abrangem de 1505, data da instalação da primeira capitania até 1609, é estabelecido finalmente o Governo de tóda a Costa e firma-se o domínio Português, algumas vezes perturbado até que em 1891 se estabelecem, após grave e inquietante prejuízo, em que a corda quebrou pelo mais fraco, se difinem os actuais limites da Colónia, perdendo Portugal, nesta terra nossa, o que nôsso era, as regiões de Machona, ricas pelo seu luzente minério que, de sedutores efeitos, conseguiu privar-nos da actual Machonalândia, e com ela da esperança do mapa cor de rosa de costa a costa de África...

Além de Vasco da Gama, de Pedro Álvares, de Pero de Anaia, temos de focar os nomes

de D. Garcia de Noronha, Jorge de Melo, Francisco Barreto, Fernandes Homem, Dr. Francisco Lacerda de Almeida, Padre Francisco Pinto, Serpa Pinto, Capelo e Ivens, António Ênes, Galhardo, Azevedo Coutinho e Mousinho de Albuquerque, Caldas Xavier como pioneiros e valorosos vassallos do brio português, a impõem o respeito sagrado pelo nome santo da Terra Portuguesa prolongada em África, tudo vencendo, tudo afirmando audácia, génio, valor e honra!

A raça bantu que habita a Colónia subdivide-se em grupos diversos que caracterizam-se as regiões da Colónia, e assim temos os bravos landins em Lourenço Marques, os Tongas em Inhambane, Sengas, no centro (Zambézia), Macúas e Iaus ao Norte de Moçambique. Abrange a população indígena um total, segundo o censo de 1932, de 3 milhões novecentos e noventa e três mil habitantes, dos quais 2.087.000 são do sexo feminino.

Além dos indígenas, oriundos dos vários continentes, há, vivendo em Moçambique, conforme o censo de 1928, mais 35.570 habitantes, dos quais 23.625 pertencem ao outrora, — quando não havia deputadas, médicas, advogadas! — chamado sexo forte.

São portugueses desses não indígenas 21.814 habitantes, dos quais 13.080 pertencem ao grupo masculino.

No ano corrente novo censo de população deve ser feito e os números que ficam terão de ser rectificadas, aumentando certamente, o número de europeus, e de portugueses não indígenas nestas plagas aonde há o anseio de perduravelmente se afirmar uma tradição colonizadora eficiente, em reacção com a morbididade cantante dum passado em glória, trabalhando-se muito, muito se ansiando duma política inteligente, descentralizadora, rasgada, aberta para maiores e mais belos empreendimentos, governando-se de facto Moçambique em Moçambique, como preconizava António Ênes, em 7 de Setembro de 1893 (há tantos anos e por isso, possivelmente esquecido de muitos), como o defende o lúcido e brilhantíssimo relatório preambular do Decreto de 23 de Maio de 1907 que, no governo presidido por João Franco e do qual fazia parte o distinto official do Estado Maior e colonial de afirmado valor que foi Aires de Ornelas, reorganizou os Serviços Administrativos da Província de Moçambique.

Leroy Beaulieu, Lanessan, Júlio de Vilhena, António Ênes, Aires de Ornelas, o suíça Mousinho, soldado e administrador de renome afastado em louvor das prerogativas de que é cioso sempre o Terreiro do Paço, tem adeptos nas suas doutrinas que merecem ser escutadas, seguidas, adaptadas e nunca mutiladas, para que regulando-se a iniciativa e a acção local, estabelecendo a descentralização embora sob a tutela fiscalizadora do Governo Central, bem possa, em nossos dias, adaptados os princípios à época e ao progresso civilizador da colonização administrativa, pois de conquistas se não cura em nosso século, seguir-se a doutrina que foi de Rebelo da Silva em 1869, de Ênes em 93, de Aires de Ornelas em 1907, mais do que nunca precisa e reclamada hoje.

Nesse intuito a Carta Orgânica do Império Colonial, aprovada por Decreto-lei n.º 23.228 de 15 de Novembro de 1933, logo seguida da Reforma Administrativa Ultramarina, aprovada por Decreto-lei da mesma data, a que coube o número imediato na série da legislação portuguesa, seria primorosa se não houvera certos senões, em restrição, a cercear efeitos, a mutilar propósitos, logo de seguida ao estabelecimento e consignação de princípios salutares.

Pela citada Reorganização dos Serviços Administrativos da Província de Moçambique, aprovada pelo Decreto de 23 de Maio de 1907, a Província de Moçambique, compreendendo todo o território português na África Oriental, dividia-se em 5 Distritos, e estes em Concelhos, Circunscricões Cívicas ou Capitánias-móres, admitindo estas a sub-divisão em comandos militares. Foram criados os Distritos de Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane, Tete e Moçambique, suprimindo-se o distrito militar de Gaza, sendo o seu território distribuído pelos Distritos de Lourenço Marques e Inhambane.

Em 1930, e por necessidade de ser dado cumprimento a Base 7.ª do Decreto Metropolitano de 24 de Março de 1928, a que coubéra o n.º 15.241, o Governador Geral de Moçambique, fez publicar o Diploma Legislativo n.º 228 de 23 de Abril de 1930 pelo qual foi aprovado o Código Administrativo da Colónia de Moçambique, que fazia parte integrante daquele Diploma, segundo o qual — art. 1 — a parte da Colónia sob a administração directa do Estado, se dividia em 7 distritos que se denominariam respectivamente, Lourenço Marques,

Inhambane, Quelimane, Tete, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa.

Criaram-se pois mais dois distritos, por virtude de haverem sido reintegrados na administração directa do Estado os territórios que, desde 1891, haviam sido entregues em delegação de poderes, à Companhia do Niassa que deles fez entrega em 27 de Outubro de 1929.

Primeiramente foi criado apenas o Distrito de Cabo Delgado, com séde em Pôrto Amélia, mas no ano económico seguinte, foi desagregada uma área de 114.884 quilómetros quadrados, daquêle distrito e criado o do Niassa, com capital em Vila Cabral.

Pelo Código Administrativo de 1930 os Distritos sub-dividiam-se em concelhos e êstes em postos administrativos. Como nos territórios dos Distritos de Quelimane e Tete havia uma parte sujeita ao regíme dos prazos, eram criadas nêles circunscrições fiscais.

Eram os concelhos classificados em 3 classes ou ordens, constando a divisão administrativa do quadro anexo segundo o qual:

a) — o Distrito de Lourenço Marques se sub-dividia em 2 concelhos com séde em Lourenço Marques e em Gaza, respectivamente de 1.^a e 3.^a ordem, e de 9 circunscrições civís.

b) — o Distrito de Inhambane compreendia um concelho de 2.^a ordem, na séde do distrito e mais 8 circunscrições civís.

c) — o Distrito de Quelimane, compunha-se de dois concelhos com séde em Quelimane e no Chinde, de 2.^a e 3.^a ordem respectivamente, de 8 circunscrições civís e de 3 circunscrições fiscais de prazos, com séde em Chinde, Massingire e Pôrto Belo! Como pelo Diploma Legislativo n.º 255, de 23 de Agôsto de 1930, passaram ao Estado os prazos existentes, fôram criadas em substituição das circunscrições fiscais as duas novas circunscrições civís do Massingire e do Zambeze, esta com séde em Mopêa.

d) — o Distrito de Tete, abrangia um só concelho de 2.^a ordem com séde na vila de Tete, em 5 circunscrições civís e duas circunscrições fiscais de prazos, com séde na Mutarara e Macanga, competindo ainda à circunscrição civil de Boroma a fiscalização dos prazos de Benga e Matema.

Pela extinção dos prazos, fôram pelo referido diploma 255, extintas as circunscrições fiscais e a civil com séde em Boroma, criando-se mais as circunscrições civís da Angónia, com séde em Vila Coutinho, da Macanga com séde

no Furancungo e a da Mutarara, com séde na vila do mesmo nome.

e) — o Distrito de Moçambique, sub-dividia-se em 3 concelhos, com sédes em Moçambique, de 2.^a ordem, Lumbo e Angoche, ambos de 3.^a ordem, e em 12 circunscrições civís.

f) — o Distrito de Cabo Delgado, compreendia um concelho de 2.^a ordem, em Pemba e mais 8 circunscrições civís.

g) — e finalmente o Distrito do Niassa foi dividido em 3 circunscrições civís, e em um concelho de 2.^a ordem denominado da Metónia.

Era esta a divisão administrativa que vigorara na Colónia até 1 de Janeiro do corrente, data em que entrou em pleno vigor a Divisão administrativa imposta pela Reforma Administrativa, aprovada pelo já citado Decreto-lei n.º 23.229 de 15 de Novembro de 1933, em obediência ao qual e de harmonia com o seu art. 10, alínea c) do art. 2 da Reforma pròpria-mente dita e art. 5, foi publicado o Decreto 24.621 de 31 de Outubro de 1934, inserto no Bol. Of. de Moç. n.º 48 de 23 de Novembro do mesmo ano, que nova divisão veio dar à Colónia de Moçambique, que

- a) foi dividida em 3 Províncias, e estas
- b) em 7 distritos, prevendo-se, porém, a criação do Distrito da Beira, logo que finde a administração da Companhia de Moçambique, sendo êstes sub-divididos
- c) em 12 concelhos e 68 circunscrições civís.

As Províncias designam-se pelos nomes seguintes do Sul do Save, com séde em Lourenço Marques, compreendendo os distritos do mesmo nome e de Inhambane; da Zambézia, com séde provisória em Quelimane e definitiva na Beira, quando cessar o privilégio da Companhia de Moçambique, compreendendo o futuro distrito da Beira e os de Tete e Quelimane; a do Niassa, com séde em Nampula, abrange a área dos distritos de Moçambique e de Pôrto Amélia, que substituiu o anterior Distrito do Niassa, havendo sido suprimido o de Cabo Delgado.

Os 7 distritos são os de *Lourenço Marques* com séde em Lourenço Marques, abrangendo os concelhos do mesmo nome e de Gaza, e as circunscrições de Marracuene, Manhiça, Sabié, Magude, Maputo, Bilene, Muchopes, Chibuto e Guijá; o de *Inhambane*, com o concelho do mesmo nome e circunscrições de Zavala,

Inharrime, Homoine, Marrumbene, Vilanculos, Panda e Cumbana; o da *Beira* com o concelho sede e circunscricões de Mocoque, Govuro, Mossurise, Sofala, Búsi, Cheringoma, Neves Ferreira, Chimoio, Manica, Marromeu, Gorungosa, Sena e Chemba; o de *Quelimane*, abrangendo os concelhos do Chinde e de Quelimane e as circunscricões de Zambeze, Pebane, Maganja da Costa, Boror, Massingire, Alto Molocué, Ile, Lugela, Milange, Gurué e Nnhamarroi; o de *Tete*, com o concelho da sede e circunscricões do Barué, Mutarara, Chicoa, Angonia, Macanga, Maravia e Zumbo; o de *Moçambique* formado pelos concelhos de Moçambique, António Énes e Nampula e pelas circunscricões de Moma, Mongicual, Mogovolas, Mossuril, Meconta, Ribaué, Nacala, Imala, Memba,

Nesta hora, em que a política do espírito, procura aproximar brasileiros e portugueses num intercâmbio cultural, "mais eficaz do que a das mercadorias", é de estranhar que nós, que somos verdadeiramente os realizadores da aproximação pela política material do intercâmbio das mercadorias, sejamos os primeiros a exaltar o espírito pelo entusiasmo com que cercamos estes emissários do pensamento da nossa terra. E' que nós sempre reconhecemos a superioridade do espírito sobre a matéria, sempre reconhecemos a necessidade do intercâmbio cultural como elemento essencial na aproximação dos povos. O que nós nunca podemos é estabelecer preferências entre a civilização idealista e a civilização pragmática, entre a aproximação pelos valores espirituais e a aproximação pelo intercâmbio dos valores materiais, pois que as duas modalidades não se excluem, não se chocam, antes se combinam e completam para uma integral e eficaz compreensão dos povos. Nós conhecemos a superioridade da política cultural, de natureza bem mais nobre e mais pura, o valor da idéa, a fôrça do sentimento, o poder das emoções; sabemos que Roma conquistou a Grécia com as lanças das suas legiões e que a Grécia avassalou Roma com a simples fôrça do seu espírito; e foi por sabermos tudo isto, que nós os portugueses do Brasil recebemos com entusiasmo a iniciativa do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura e fizemos pela sua realização tudo quanto podíamos e nos foi permitido.

DR. A. S. DE SOUSA BAPTISTA

(VICE-PRESIDENTE DO DIRECTÓRIO DA FEDERAÇÃO
DAS ASSOCIAÇÕES PORTUGUEAS DO BRASIL)

Eráti, Amaramba, Metarica, Metonia e Lago; o de *Pôrto Amélia* constituindo-o os concelhos de Pôrto Amélia e Ibo e as circunscricões de Lurio, Montepuez, Quissanga, Mucojo, Mocimboa da Praia, Macondes e Tungue.

Os distritos têm à sua testa os Intendentes de Distrito, os Concelhos e Circunscricões administradores, sendo os Intendentes cumulativamente administradores dos concelhos sédes dos distritos respectivos. Por enquanto e enquanto existir o privilégio concedido à Companhia de Moçambique, o Distrito da Beira é governado pelo Governador dos territórios daquela Companhia.

O quadro administrativo da Colónia foi organizado pela forma seguinte:

- 3 Governadores de Província
- 1 Director dos Serviços de Administração Civil
- 7 Inspectores administrativos
- 8 Intendentes de Distrito (contando com o que terá de ser colocado em Quelimane, quando criado fôr o Distrito da Beira
- 20 Administradores de 1.^a classe
- 20 Administradores de 2.^a classe
- 34 Administradores de 3.^a classe
- 74 Secretários de Circunscricão
- 107 Chefes de Pôsto
- 108 Aspirantes

Dirigindo a Colónia, assim dividida administrativamente, sobre tóda ela exercendo a sua acção e direcção, o Governador Geral, residindo em Lourenço Marques.

Não seria mais descentralizador, mais eficaz, sobre o ponto de vista da facilidade de comunicações, transportes, de fomento e rápidas realizações locais, a divisão em duas Províncias, ao Norte e ao Sul da Beira, mantendo-se os distritos criados pelo Código de 1930, dando aos seus governadores mais latas atribuições e cuja acção os respectivos Governadores de Província superiormente coordenariam, como auxiliares directos e imediatos do Governador Geral que estudaria os altos problemas de administração da Colónia e que aquêles fariam executar e observar?

Tete — 1935.

Francial Sermitas

PALAVRAS

CLARAS

POR J. M. SARMENTO DE BEIRES

ANTIGO COMANDANTE DO "ARGOS"
ANTIGO COMANDANTE DO "PÁTRIA"
ANTIGO OFICIAL DO EXERCITO
DIRECTOR DA "SEARA NOVA"
AVIADOR — ENGENHEIRO E ESCRITOR

ESPECIAL

NADA como o exame directo dos factos para nos permitir a exacta noção do seu valor.

Se outras consolações não filtrassem por entre as amarguras do exílio, a de ter podido contactar com a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA, seria suficiente para vencer-me do poder aglutinante do sentimento nacional português em terras estrangeiras. Essa será uma das gratas recordações que levarei do Brasil.

Honrado pela Direcção com a mercê de sócio coooperador desta agremiação patriótica, não poderia eu deixar de testemunhar-lhe publicamente o meu reconhecimento profundo. E por isso é que no seu próprio órgão que inscrevo estas simples palavras de gratidão, permitido me seja aproveitar a oportunidade para usar também da hospitalidade recebida a-fim de manifestar a aspiração de ver congregados em torno do grupo de homens que a si próprios se incumbiram a árdua tarefa de pugnar pela propaganda e pela valorização do património nacional, todos aquêles em quem vibre idealismo susceptível de alienar mesquinhez e rancor provocados por dissensões ideológicas. Porque o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO é terra-de-ninguém onde a discussão é livre, nela posso declarar o meu sentir, o pensamento claro que me norteia, sem subterfúgios nem eufemismos. E' essa a vantagem suprema que os regimes de liberdade apresentam sobre os regimes de força.

* * *

O mundo vive uma das suas horas mais inquietas. Os interesses que se entre-chocam tendem a conduzir a humanidade à guerra. E é em África que a artilharia trôa, dizimando negros que uma nação dominada por um bárbaro civilizado, acoima gratuitamente de selvagens, a-fim de justificar a sua ânsia de conquista. Não é ao povo dessa nação que cabe a responsabilidade da sanguinária aventura, mas sim ao transfuga das fileiras socialistas que uma afortunada megalomania alçou à categoria de novo Nero. Parecem os

acontecimentos encaminhar-se para a derrocada dos sonhos mussolínicos. Cremos nós que ela é fatal, como fatal será a queda do regime fascista. Contudo, é cedo talvez para cantar vitória. E por ser cedo, deve Portugal pensar que o ditador italiano pensa em levar mais longe o seu plano de invasão. Se a guerra da Abissínia não redundar, para o fascismo, no fracasso que é de prever; se o conflito italo-etíope não alastrar à Europa, como tudo leva a crer; se a revolução contra a ditadura não estalar na Itália como é possível, Mussolini, após ter instalado em Adis-Abeba o mandante do extermínio dos etíopes, volverá o olhar esgaseado para Angola, onde as colónias italianas representam desde já um elemento de ocupação. O exemplo frutificará. Há cubiças que pairam sobre o sul da província de Moçambique, e em Lourenço Marques uma firma estrangeira vem agindo desde há certo tempo no sentido de tornar puramente platónica a soberania portuguesa. No Oriente, o Japão prosseguindo no seu plano, não perde de vista Macau.

A situação das colónias portuguesas, exige, dos governos, carinhos, atenção, vigilância, e ao Exército e à Marinha pertence impôr o estabelecimento das medidas preventivas que o caso implica.

O grito de alarme lançado por Paiva Couceiro, cujo patriotismo e cuja hombridade de carácter nenhum adversário político pode desapaixonadamente pôr em dúvida, merece ser ouvido por todos os portugueses. Ao exilado de ontem eu junto, como exilado de hoje, a minha voz, pugnando, como sempre, pela integridade da Pátria, dentro do critério equilibrado que não faz do patriotismo um pendão de ódios a desfaldar em batalha, mas um elo da cadeia de solidariedade recíproca pela qual deveria trabalhar a Humanidade.

Rio, 1935.

Sarmiento de Beires

COLONIZAR

II

PELO MAJOR JACINTO JOSÉ DO NASCIMENTO MOURA

DIPLOMADO PELA ESCOLA SUPERIOR COLONIAL
DIRECTOR DA REVISTA MILITAR

(ESPECIAL)



E encararmos a colonização sob o aspecto económico vemos a guerra surda ou declarada dos produtores metropolitanos contra os produtores coloniais e a idéa do *Pacto Colonial*, isto é: da transformação dos produtos coloniais nas metrópoles e a venda das manufaturas às Colónias.

Tôda a obra colonial necessita antes de mais nada destruir a ignorância nacional sobre os seus domínios e objectivos.

Por isso a propaganda que se vem fazendo entre nós, para revelar aos portugueses a grandeza de Portugal, é alevantada e digna e por isso ninguém se deve recusar a colaborar nela. E', pode-se dizer, a fase inicial de uma obra constructiva a encetar. Mas como em tôdas as grandes obras, não se poderá prescindir da conjunção de esforços de todos aquêles que comungam no mesmo credo do engrandecimento nacional pela valorização das Colónias.

Mas, é na reforma do ensino que temos que fundar o edificio gigantesco a construir. Estamos num momento em que Portugal precisa recolher-se em

si próprio para medir a extensão do caminho andado e de aquêles que vai trilhar.

Elevando a Metrópole, pelos seus recursos, pelo progresso material, ao grau dos países cultos, de modo a impôr-se a estranhos e às próprias Colónias, nós teremos conseguido prestigiá-la e semear produtivamente alguns cabedais que permitam o desenvolvimento destas.

As Metrópoles têm de ser expoentes de civilização e inspirarem confiança. O seu prestígio entre os outros povos fará ruir tôdas as campanhas de descrédito levados ao seio dos indígenas por Nações cubiçosas.

Mas é preciso que a Metrópole não aliéne as simpatias e não se torne avára madrastra.

Dentro da idéa da unidade nacional temos de adoptar uma política económica que dissipe todos os ressentimentos e extinga os conflitos que possam surgir entre as economias Colonial e Metropolitana.

E' o que se pode chamar a *política económica* que, num pensamento unitário, mais pertence aos organismos da economia nacional do que apenas a um departamento dela.

Assim parece-nos que havendo uma mentalidade colo-

nia se poderiam fundir num departamento do Estado as economias Metropolitana e Colonial.

A agricultura como o comércio e a indústria têm que manter o equilíbrio para que uma não destrua a outra. Ao serviço da economia nacional estariam as comunicações e os transportes.

A defesa nacional ficaria a cargo das respectivas pastas como a instrução, justiça etc.

Mas como o meio físico e social são diferentes, assim tanto a agricultura, como a justiça, a instrução, etc. exigiriam pessoal especializado para os serviços coloniais.

O Ministério das Colónias deixaria de suportar o antagonismo da metrópole e seria aliviado de grandes encargos passando a constituir um departamento de funções quasi apenas administrativas e de política indígena, semelhante às que o Ministério do Interior desempenha na Metrópole.

Funcionários de carreira administrariam as Colónias.

O dirigente da economia nacional deveria ter um absoluto conhecimento das economias Metropolitana e Colonial, e dado provas de competência e interesse pela causa das Colónias. Um alto Conselho do Império velaria pela unidade económica e política e esclareceria e manteria a continuidade governativa. Dêle fariam parte representantes da Metrópole e das Colónias, antigos altos funcionários etc. A sua acção seria para evitar a estagnação das Colónias e a injustiça praticada contra algumas a favor de outras. Uma elevada função de equilíbrio e de harmonia exigem que seja alheia e isenta de paixões.

O Conselho Superior das Colónias teria apenas a função

de primeira instância de recurso em matéria disciplinar e administrativa. Tal sistema não extinguiria a autonomia financeira das Colónias, que convem não confundir com descentralização administrativa.

Vejamos como se nos apresenta o inter-câmbio Metropolitano e Colonial. Ainda que o excesso da produção colonial faça baixar o preço de um género de primeira necessidade também os artigos da indústria, a mão de obra etc. baixarão, procurando estabelecer-se o equilíbrio na metrópole.

O fabricante, o comerciante, o trabalhador, comerão mais barato dando ao agricultor os produtos da sua indústria e comércio, o melhor mercado.

Assim também a mão de obra baixará. A abundância virá a ser útil à nação porque melhorará a compleição física da raça e permitirá obter mercados no estrangeiro pelo preço mais baixo da venda dos nossos produtos, arruinando, porventura, as indústrias rivais.

E' certo que se se dêr grande desenvolvimento à produção nas Colónias a Metrópole não a pôde consumir tôda, nem a poderá pagar em produtos agrícolas ou industriais e terá que salvar a sua conta a dinheiro.

Porém com uma *politica externa* esclarecida e bem orientada será possível obter mercado nos produtos coloniais, que tanto como os metropolitanos merecem ser considerados em convenções, acôrdos e tratados.

Tal política externa implica a transformação da Secretaria dos Negócios Estrangeiros num útil instrumento económico-político e a preparação dos agentes diplomáti-

cos sôbre a ecónomia Colonial.

Esta teoria não é nova. Defendeu-a o bísopo Azeredo Coutinho, em 1794, na Academia das Ciências, certamente pelos estudos e observações que fizera em Pernambuco, numa época em que ruía o nosso domínio no Brasil.

* * *

E' na legislação aduaneira que se pôde exprimir a tendência de comunhão de interesses coloniais e metropolitanos. O que entre nós existe é monstruoso de egoísmo e intenção fiscal. Inúmeros exemplos me acódem à memória. Mas não caímos na minúcia, não desçamos do alto conceito em que vimos escrevendo. Permita-se-nos apenas uma referência especial.

Há um produto tão *necessário ao bem comum* que não concorre com a Metrópole e apesar disso sofre tal tributação, que podia servir de exemplo a todo um sistema de antagonismo e prejuízo anti-colonial. Êsse produto é o açúcar. O acto colonial consigna, é certo, à Metrópole o papel de árbitro, assegurando pelas suas decisões a posição dos interesses em conjunto nos régimes económicos.

Mas presos por convenções a países estrangeiros utilizar-se-á fàcilmente, como seria natural?

Às relações comerciais é propícia a estabilidade das relações monetárias. A moeda única já foi tentada em algumas colónias, pois é considerada como a língua, um meio de soberania. Desaparecendo alguns dos principais argumentos que contrariam a sua adopção deve-se tentar introduzi-la nas colónias africanas. Um banco emissor, unicamente, daria mai-

or garantia ao desenvolvimento da Nação Aquém e Além-Mar.

O crédito, com as devidas seguranças, é indispensável tanto à metrópole como às colónias. A Grã-Bretanha encontra na sua política de crédito uma das *Colunas do Império*. Um grande comércio pede uma grande navegação.

A política naval tem três objectivos: dar trabalho aos marinheiros; à construção de navios; ao interesse que ela procura ao transporte de produtos.

Sempre que uma Nação deixa fazer por outros os transportes diminui as suas fôrças e torna-se escrava de estranhos. A coordenação entre todos os meios de transporte coloniais e metropolitanos é absolutamente indispensável à barateza dos produtos e, portando, à riqueza e ao consumo da Metrópole e das Colónias.

O enriquecimento indígena será da maior utilidade para a Metrópole porque aumentará a sua capacidade de compras de manufacturas e outros produtos, e aumentar-lhe-á a sua capacidade tributária.

Há ainda entre os múltiplos aspectos porque têm que ser encarados êstes assuntos nacionais o da colonização branca. Esta tem de fazer-se para que mantenhâmos ou obtenhâmos a preponderância como proprietários da terra, como administradores e capitalistas.

O Estado tem de promover o povoamento, nas regiões salubres, por casais de agricultores e, quanto possível, orientar a exploração das terras para estimular os capitais a seguirem tais rumos. Outrora faziam-se seguir para o Brasil e India as crianças abandonadas, orfãos e orfãs, sistema êste que deu resultado e que não de-

veria deixar de ser encarado para uma melhor adaptação ao clima e ao meio social. Ao lado desta obra colonizadora de brancos temos de considerar o indígena como o principal colono das terras onde o branco não pode trabalhar.

* * *

Tôda esta obra exige *dinheiro, preparação e fé colonial*.

Mas como dispender *dinheiro* em crédito, na custosa aparelhagem económica, na colonização branca e no ensino indígena, se as colónias para muitos ainda são o *Cancro da Metrópole*, a terra de degredados, a costa de Africa, terra negra de punição e onde o branco apenas vai para arrecadar umas ecónomias? Por mais que se diga e torne a dizer que é indispensável formar o escol onde se recrutem os indivíduos para os postos de comando, que há muito as colónias aguardam; por mais que se mostre que foi por meio dum funcionalismo administrativo seleccionado que a Grã-Bretanha, a Holanda, a Bélgica (e a própria França está fazendo) conseguiram o seu actual estado de desenvolvimento colonial; por mais que a lei o consigne, como obter a *preparação*, se o capricho do favor, continua a ser o único requisito a suplantiar a justiça e o bom senso? *A fé colonial!* Eis o que tudo supéra e que é preciso possuir para se poder colonizar e administrar colónias.

Há no entanto ainda, de todos os lados da opinião, vozes que clamam: porque dar a selvagens ou inimigos o que se recusa aos filhos da própria raça? E' justo, pergunta-se, que o nosso operário súa no campo ou na oficina, tirite de frio, sem agasalho, nas gélidas noites de inverno, entre as tábuas desconjuntadas da sua choupana, morra até de fome, como um pária, enquanto o preto engorda em paz? Infelizmente há também ainda quem veja apenas no amanhã do agro metropolitano a felicidade da Pátria; quem aformoseie com as ilusões da poesia a vida rústica das nossas aldeias. Quem veja no bucolismo da pastorícia e no arado a bemaventurança da nossa terra.

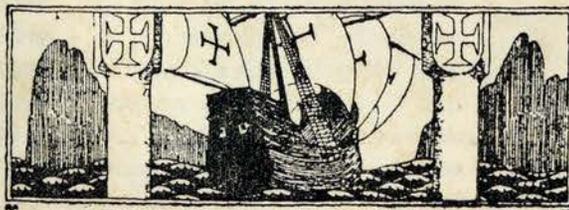
Haverá ainda, porventura, quem queira traduzir em numerário a glória e a grandeza do Passado e que hesite se convirá ou não fomentar, as colónias conforme é critério do agiota em busca do interêsse ao seu capital.

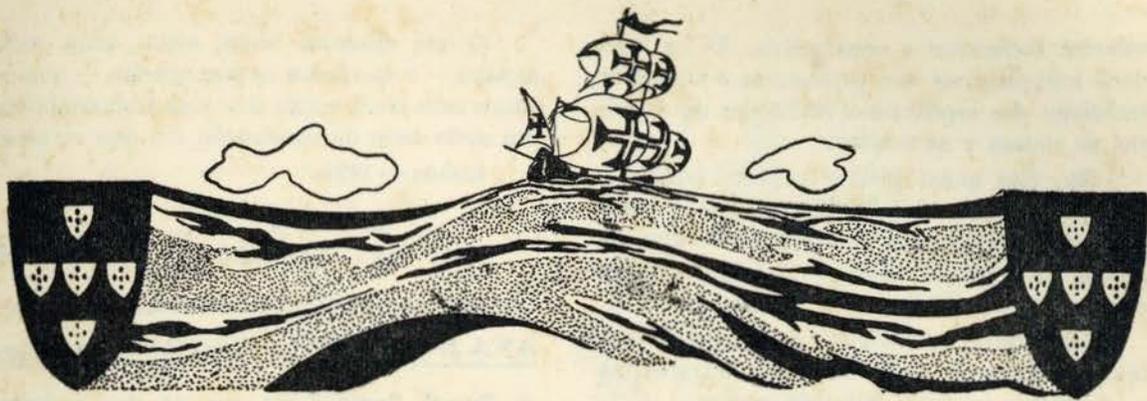
Está dito e demonstrado que é indirectamente que as metrópoles lucraram com as colónias, quer pelos mercados que nelas encontram; quer pelas matérias primas que nelas obteem; quer pelo prestígio inter-

nacional que adquirem; quer pelos direitos que cobram; trabalhos, fretes e seguros a que dão lugar; quer pela ocupação que permitem a nacionais, etc. Ninguém tem o direito de resuscitar a velha contenda entre D. Pedro, o economista da terra, e D. Enrique, há perto de cinco séculos resolvida a favor deste último, ou seja da política de expansão extra-territorial.

E' preciso que em todos os campos tomemos o fio perdido da tradição colonial. Que voltemos ao mar a proa dos navios fabricados por mãos portuguesas, que estreitemos cada vez mais, pelo ar e pelo mar, essas parcelas de territórios perdidos em quatro continentes; que elevemos o indígena por uma obra piedosa e justa, com a intenção de o tornar progressivo e um factor social pois que êle será o melhor defensor da nossa autoridade e economia; que defendamos o colono e os seus descendentes, por uma legislação prudente e justa; que proclamemos por uma política externa, enérgica e activa, a nossa intemerata vontade de viver, colonizando e *aproveitando o único recurso que ainda resta a Portugal para continuar a ser Portugal*.

Nascimento Nova





O IMPÉRIO E A JUVENTUDE

POR F. ALVES DE AZEVEDO

SECRETÁRIO DO "BOLETIM DA S. DE GEOGRAFIA DE LISBÔA"
SECRETÁRIO DA REDACÇÃO DE "PORTUGAL COLONIAL"
DIPLOMADO COM O CURSO SUPERIOR COLONIAL
E S C R I T O R E J O R N A L I S T A

(ESPECIAL)



ESTA hora que uma profunda inquietação enfraquece, alguns intelectuais e certos partidos políticos comprazem-se em apregoar a falência do Ocidente.

A renascença colonial portuguesa vem entretanto oportunamente demonstrar que pelo menos Portugal não aceita essa pretensa decadência e não deseja jamais renunciar à missão civilizadora que assumiu há séculos e tem sabido conservar.

Agora que a metrópole, graças a uma propaganda eficiente, parece começar a interessar-se pelas colónias, chegou o momento de criar um espírito novo aberto à concepção de Império capaz de exaltar e chamar à acção essa:

"Gente ousada mais que quantas".

Se na verdade o Império não fôsse a própria Nação, poderia compreender-se ainda o desinterêsse lamentável que nesta matéria até há pouco se verificava.

Com efeito, para o português médio, as colónias — o Império — fôram durante muito tempo umas vagas quintarolas que tínhamos em África para onde se mandavam os degredados e para onde iam os parentes cujos desvarios insanáveis não tinham o remédio na Mãe-Pátria.

A propaganda dos últimos anos, as nossas participações nas exposições de Paris e Antuérpia, o esplêndido triunfo da exposição do Pôrto, a nossa participação na exposição de Arte Colonial de Nápoles, à fôrça de "virem nos jornais" têm chamado a atenção para o problema colonial até mesmo daquêles que não tiveram o prazer, o orgulho de nêsses certames verificar o trabalho feito e o esforço dispendido. E, em matéria de propaganda, não é tudo. Devemos destacar especialmente a acção do Ministério das Colónias assim como da Agência Geral das Colónias e da benemérita Sociedade de Geografia.

Últimamente se anuncia também um cruzeiro de férias às Colónias, iniciativa da revista "Mundo Português" que vai contribuir decisivamente para a formação duma opinião

colonial consciente e construtiva. E' na verdade indispensável que professores e alunos se embêbam das esplêndidas realidades do Império, as sintam e as exaltem.

São êles quem melhor o pode fazer.

Conta João de Barros nas "Décadas" que o empreendimento do Infante — a que devemos tudo quanto somos — foi àesperamente combatido na Côte.

Entretanto, salvámo-nos da absorpção castelhana graças à nossa expansão ultramarina e ao sentido imperial que dela nasceu.

Hoje como então é indispensável acordar as energias jovens da Nação para a empresa da nova descoberta do Império. E assim é absolutamente necessário modificar a maneira de ser profunda da população metropolitana adormecida em velhas fórmulas muito cómodas — o futuro de Portugal está nas colónias — mas que nem por isso ainda se convenceu a tomar uma parte activa na vida do Império aceitando o Portugal de além mar como o natural complemento do Portugal europeu.

É necessário que o conceito do Império Português se enraíze cada vez mais no espírito dos novos, porque êle é a vontade firme de realizar e construir num plano superior.

Urge que as novas gerações sejam não sòmente educadas na admiração de um passado glorioso mas ainda preparadas no sentido de aproveitarem de uma situação sòbre a qual repousam na verdade tòdas as possibilidades do Portugal Futuro. E' conveniente orientar a juventude para a compreensão perfeita das realidades ultramarinas, despertando-lhe ao mesmo tempo o gòsto pelos problemas coloniais que dominam hoje de facto, social e econòmicamente todo mundo.

Os novos sentem-se animados de um espírito combativo de que só temos a aproveitar; é portanto vantajoso fazê-los considerar sàbiamente tòdas as questões nacionais sòb o ângulo colonial.

Já vai longe o tempo em que era necessário uma boa dose de espírito, sacrificio e de gòsto pela aventura, para ir para as colónias. Este período heróico terminou. E não existem hoje senão alguns pontos inacessíves e recônditos onde ainda sejam possíves a descoberta e a aventura.

A educação colonial da juventude é um empreendimento que não necessita de ser mais encarecido.

O que dissemos basta, assim, para todos aquêles — e são todos os portugueses — que tenham uma clara noção das suas responsabilidades nesta hora de construção em que vivemos.

Lisbôa — 1935.

F. Alves de Azevedo

ANA DE CASTRO OSÓRIO, mulher

Raquel Bastos, — essa voz de oiro puríssimo, rica de nuances e opulenta de melodias, que não há muito nos brindou com dois memoráveis concertos — acaba de publicar em elegante *plquette* algumas palavras de louvor e saúdade sòbre Ana de Castro Osório, mulher e senhora, — tal qual êsse alto e fecundo espírito foi na intimidade do seu lar, junto de seus filhos e netinhos, à secretária do seu gabinete de trabalho ou ao lado do seu cesto de costura, *que a pouco e pouco enchia de roupas que mandava para os hospitais, para os pequeninos a quem o triste desconforto material não preparou uma camisinha.*

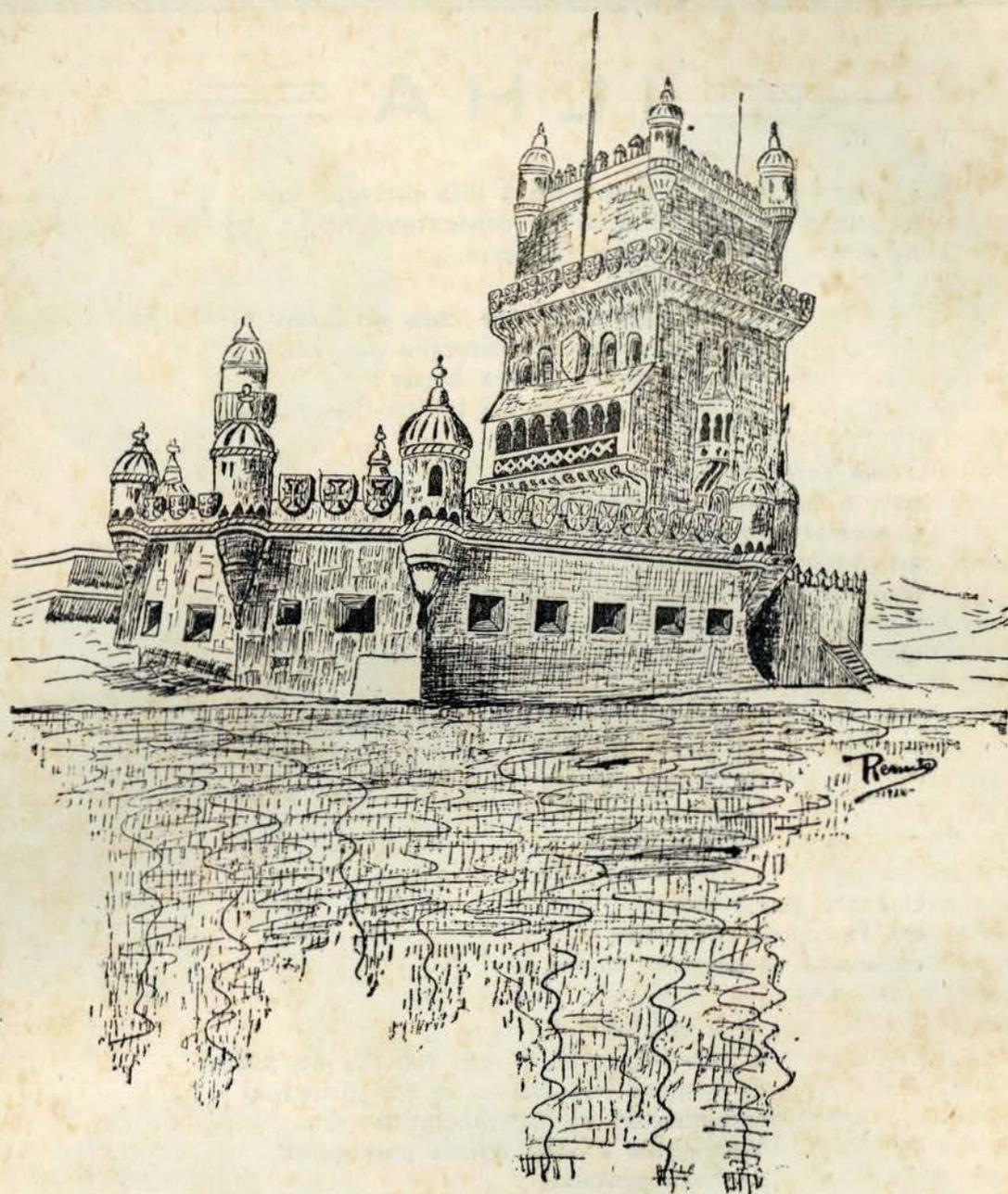
Ninguém, com dois dedos de leitura, desconhece a obra singular e eminentemente educativa de Ana de Castro Osório, que, além de ter sido uma das figuras femininas de maior realce e poder de irradiação intelectual na vida portuguesa dos últimos trinta anos, foi por direito de conquista, a golpes de inteligência e de estudo, através das colunas dos jornais, das páginas dos seus livros e da sua tribuna de conferencista, a legítima, a nobre e digna continuadora da obra e do apostolado por vários títulos admiráveis da autora excelsa de *Cartas a uma noiva*. Mas, pelo contrário, quasi todos desconhecem, — cansados de esbarrar a cada canto com feministas que são verdadeiros estafemos assexuados e rebarbativos, tipo inglesa de exportação ou miliciana do Exército de Salvação — que a mão gentil e patricia que traçou tantas e tão fúlgidas páginas de prosa tersa e vigorosa, não desdenhava, sempre que podia, de se ocupar com graciosa ternura de trabalhos de acentuada feminilidade.

"Poucos foram — escreve Raquel Bastos —, porém, os que a conheceram na intimidade da sua casa, ocupando-se dos mais delicados pormenores, cuidadosíssima na sua *toilette*, mesmo até quando a doença a retinha no leito, e ali mesmo, naquêlo ambiente tão pessoal, recebia as suas visitas. Porque a sua teoria era que temos obrigação de cuidar de nós, do nosso aspecto físico, mesmo nos piores transes. Ana de Castro Osório não transigia com a fealdade senão quando o moral sobrelevava êsse defeito físico".

E logo adiante, confidencia:

"Queixando-nos, um dia, de determinada visita, rapariga linda mas com quem era quasi impossível trocar duas frases, respondeu: *Todos têm conversa; o que é preciso é falar-lhes do que lhes interessa*, e daí a pouco estavam a conversar sòbre rendas, joias, *toilettes*..."

Foi um alto espírito que desapareceu, mas que atrás de si deixou um inapagável rasto de luz e, para os seus íntimos, uma impercível recordação de ternura.



(ESPECIAL)

Na luz alvinhenta que dir-se-ia a condensação do bafo matinal de uma nereida, a Torre de Belem surge à beira do Tejo tão aérea como se a bruma opalina se rendilhasse em caprichos de artista, nivelando terraços, alongando varandins, recorrendo ameias para erguer o palácio encantado das Tágides de Camões que ali iam tecer a teia das lendas oceânicas. Sonho de poeta que um arquitecto genial materializou na pedra alvadia da serra, irradia num tema musical de linhas que torna imponderável a dureza dos blocos, e que à hora das evocações heróicas vibra como uma lira em canto de epopeia dedilhada por mãos invisíveis e imortais na tessitura quási espiritual da sua forma sublimada: é o éco nostálgico e sonoro de uma grandeza morta.

J O Ã O B A R R E I R A

ILHA

Quando o barco alemão vem à ilha carregar sal
há um sobressalto íntimo de contentamento
na gente que fica a ver de terra.

À varanda da antiga casa do largo
olhos curiosos em direcção ao mar
atravessam as lentes baças
de velho binóculo do tempo dos piratas.

Toma certo ar garboso e oficial
com a bandeira nacional à pôpa
o escalér a remos
ao partir apressado ao vapor
com as autoridades tôdas do pôrto
e o empregado da firma carregadora
que leva uma grande pasta sob o braço...

Compram-se a bordo novidades
ouvem-se notícias
de longe...
bebe-se
cerveja gelada.

O barco parte depois
e a Povoação resignada
retoma a monotonia habitual...

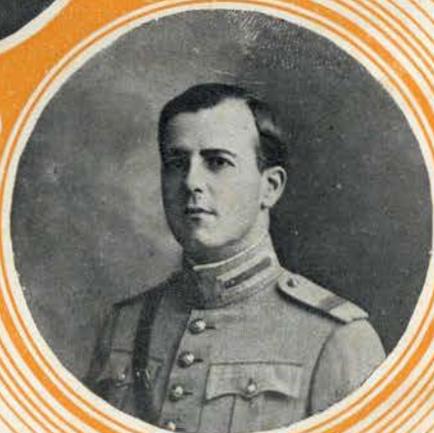
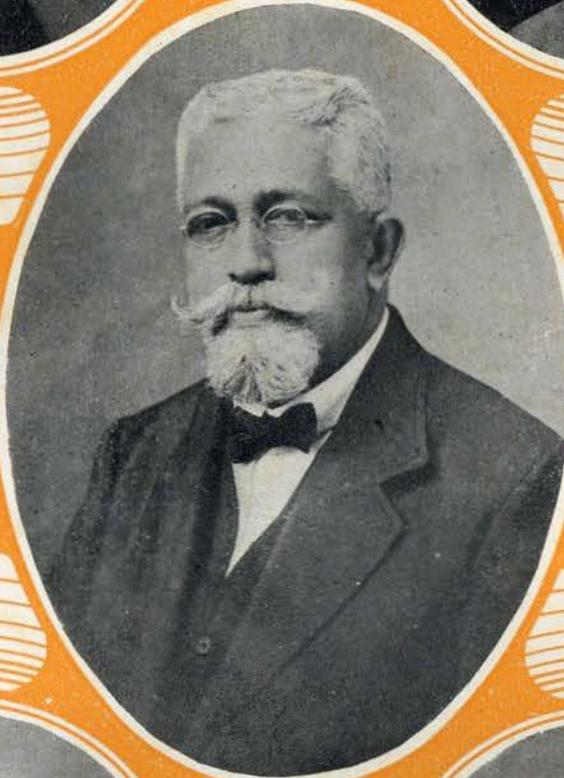
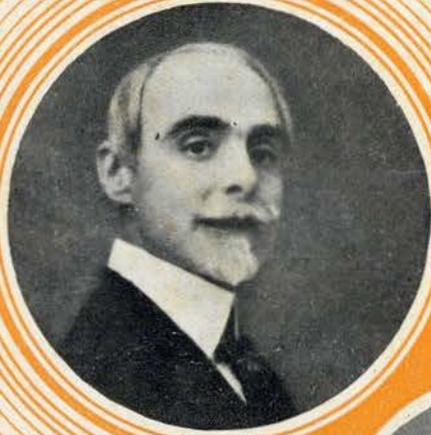
...à noitinha
à hora tagarela de em seguida ao jantar
os homens reünem-se na rua principal
comentando as ocorrências do dia.
Vem então à baila aquela passageira
de boca pintada
que seguia para o Congo Belga...
É da evocação da mulher estrangeira
ficou um sonho parado
em cada um...

CABO-VERDE, — ÁFRICA

J O R G E B A R B O S A

(Especial para o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro)

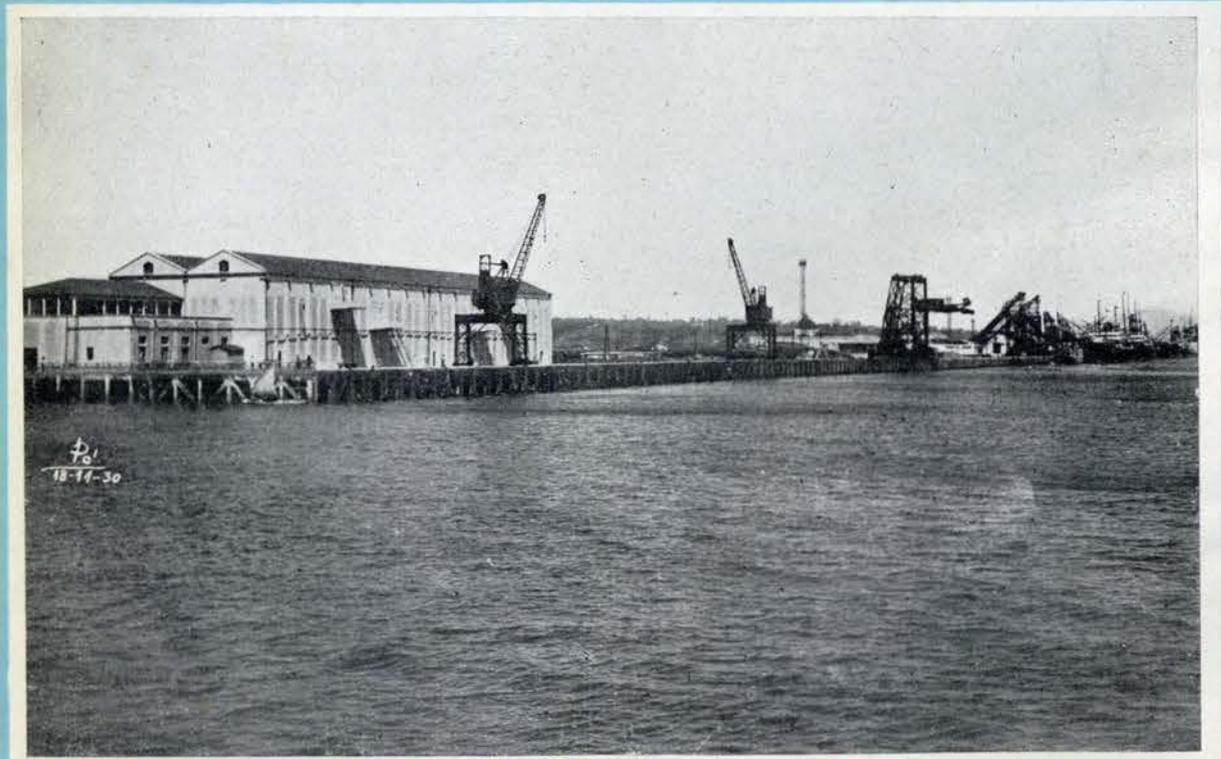
COLABORADORES

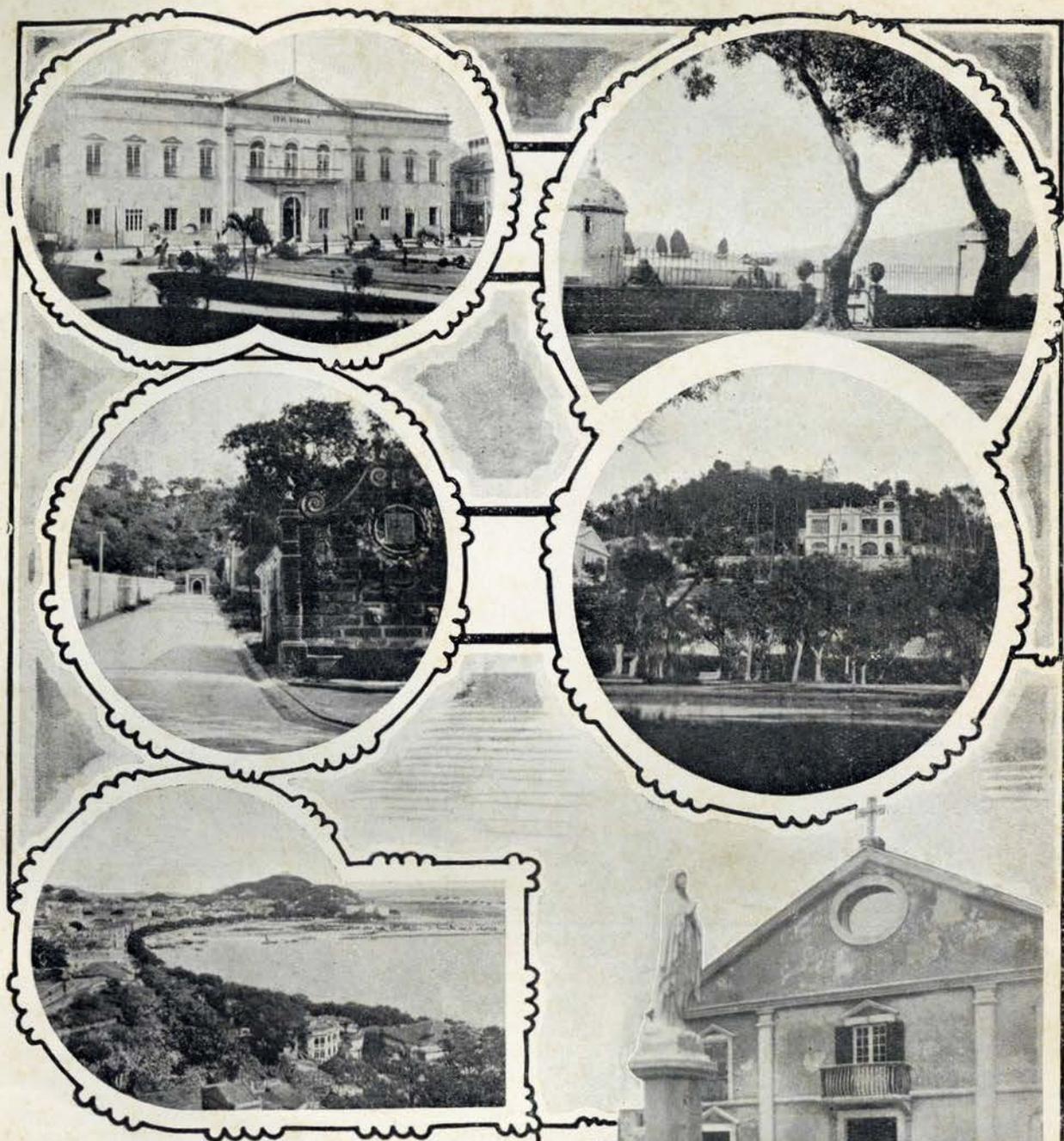


Dr. João Barreira — Capitão Carlos Afonso dos Santos (Carlos Selvagem) — Vice-Almirante José de Sousa e Faro — Dr. António Maria da Cunha — Carlos Coimbra
Dr. José de Oliveira Bôléo e Capitão Jaime Rebelo Hespanha



ILHA DE S. VICENTE. — (CIDADE DE MINDELO) — CAPITANIA DOS PORTOS
 QUELIMANE..... — RESIDÊNCIA DO GOVERNADOR
 DIU..... — RUA DO BAIRRO DOS BANIANES
 BENGUELA..... — ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO
 LOURENÇO MARQUES — ARMAZENS FRIGORÍFICOS





M A C A U

Câmara Municipal
 Antigo Fortim da Praia Grande
 Sítio da Flora
 Colina e Farol da Guia
 Baía da Praia Grande
 Capela e Residência de verão do
 Sr. Bispo de Macau

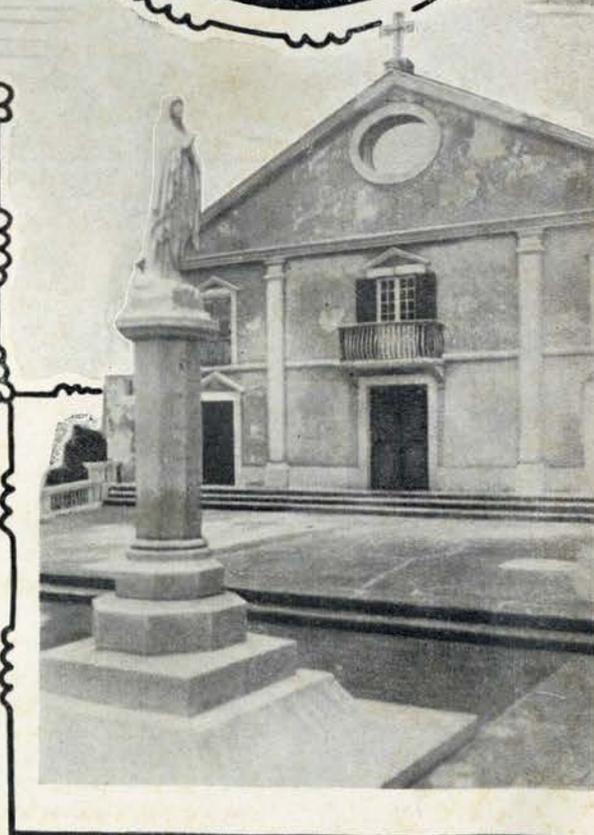
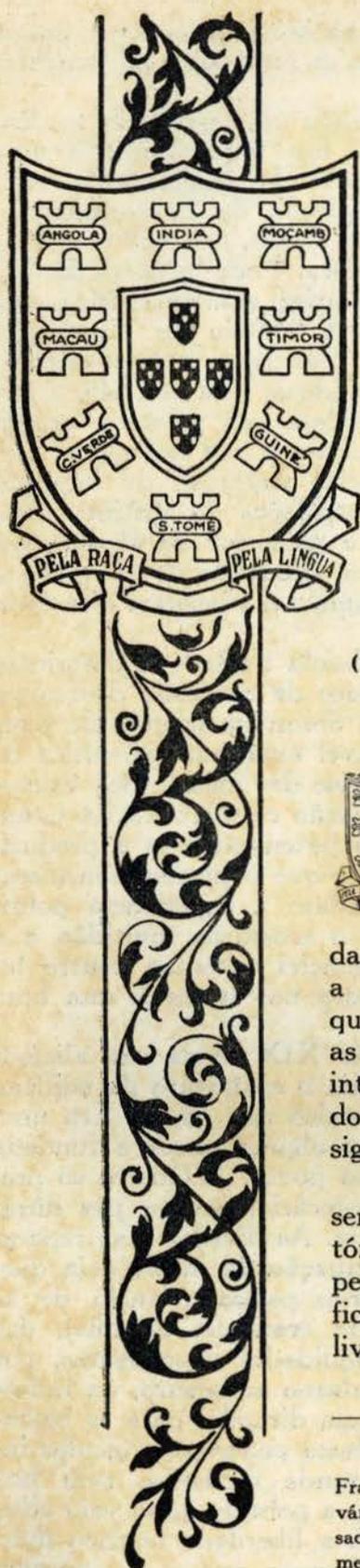


IMAGEM - FÔRÇA



CONCEITO PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

DR. FIDELINO DE FIGUEIREDO
HOMEM DE LETRAS

(Conclusão)



ESTE conceito de imagem-fôrça será talvez uma simples achega para a terminologia (1), porque só põe um rótulo didático a verdades apodíticas que o são desde que o homem errabundeia pela terra: o reflexo do mundo ambiente sôbre o espelho deformador da sua consciência e, sôbre êsse reflexo, a fundação de juízos acêrca das formas da sua actividade e a construção de hipóteses sôbre o seu destino. Desde que abre os olhos, o panorâma do mundo espelha-se sôbre as suas pupilas; reflexionar sôbre essa imagem recebida, interpretá-la, condensando-a em idéa pura ou humanizando-a em progrâma de vida, isto é, em valor criativo é o signo do homem.

A expressão imagem-fôrça é assim axiomática, mas será também uma fórmula cômoda para organizar a história da filosofia da educação, porque nos dá dela um conspecto mnemónico, salientando os seus fundamentos filosóficos, em meio dêsse aglomerado anecdótico dos correntes livros de história da pedagogia; haverá na história da edu-

(1) Submetendo ao exame do Prof. André Lalande, secretário da Sociedade Francesa de Filosofia e hoje uma das maiores autoridades em terminologia filosófica; vários neologismos filosóficos que me tenho permitido últimamente, o ilustre pensador assim se pronunciou sôbre o termo *imagem-fôrça*: "En ce qui concerne les termes sur lesquels vous voulez bien appeler mon attention, l'expression d'*image-force* me paraît une variante très heureuse et très bien conçue de l'expression d'*idée-force* imaginée par Fouillée."



Para fomento das Províncias Ultramarinas e para sólida garantia da referida integridade é indispensável que o Governno alargue os cordões à bolsa, gaste e semeie para colher, deixe respirar os que trabalham!

De resto qualquer Nação, como qualquer Empresa em via de formação ou renascimento, deve ter forçosamente um orçamento deficitário até à quantia cujos encargos possa honestamente cumprir.

Tôda a organização, tôda vida social e económica, assenta no crédito e não num acêrto de contas em que, as despesas sejam forçosamente iguais, senão inferiores às receitas.

A política económica a aplicar às nossas Províncias Ultramarinas é a de Norton de Matos, cujo nome encontro sempre ligado a qualquer obra de fomento de Angola, riquezas que aquêlê organizador insigne, soube criar, muitas das quais, infelizmente, vejo paralizadas, quando não mortas.

Digo isto convencido pelo que rapidamente vi e escutei, prestando justiça àquêlê grande português, embora nossos credos políticos sejam opostos, mas porque êle e nós procuramos um mesmo fim: bem servir a Pátria.

D. José Luís de Saldanha
(Rio Maior)



cação tantas épocas quantas as imagens-fôrças e tantos períodos em cada época quantos os retoques e aditamentos feitos a cada imagem-fôrça.

Mas esta expressão tem ainda um aspecto de tendência: quem diz imagem-fôrça faz implicitamente uma profissão de fé, porque se aparta do pragmatismo arbitrário e da unilateral contemplação do intelectualismo, e propênde para uma filosofia da acção, que alia a soberania do espírito à vontade criadora. Pode também dar um módulo para a apreciação da crise contemporânea, que nos appareceria, assim, como um período de dissociação da imagem-fôrça de Newton: amortecido o poder orientador da *imagem* e do sistema de ideais nela contido, a *fôrça* ou impulso voluntarista doideja sem govêrno, produzindo essas reacções barbarizadoras, a que em alguns países se sobrepõem ainda aderências bastardas de improvisadas ideologias a mascarar explosões do instinto e da paixão. Costamagna, político e professor de Roma, justifica o fascismo como superior afirmação de vontade colectiva — vontade dissociada duma nova imagem directora, acrescentarei.

E' a crise económica a bússola doida que desorienta os espectadores e interpretadores da confusão contemporânea. Há falta de pão e há a desordem própria da fome e do desespêro, com a inevitável avançada parasítica do despotismo, mas há também crise das idéas e dos valores guiadores. Ainda sem a perturbação catastrófica da Grande Guerra, essa crise de idéas patentear-se-ia e produziria o caos doutrinario de hoje — que é preciso considerar como um caos criador. Bastariam a experiência política e suas reacções emocionais, o acesso da multidão e a extensão da cultura, que diligencieei salientar noutro lugar (*Motivos de novo estilo*), para nos trazer a esta hora de crise e de dúvida.

Na prosperidade do século XIX havia um alicerce falso, que tarde ou cedo causaria o aluimento do edificio: o desigual desenvolvimento técnico dos povos. Era uma prosperidade monopolizada por alguns povos e fundada na pobreza e no atraso doutros povos. A Guerra só precipitou a ruína dêsse alicerce precário, porque pôs dura-mente à prova a sua resistência. As dívidas e as reparações vieram logo criar uma situação de insolvência que, a seu turno, produziu em vários países o anelo de se desarticularem do complexo da economia mundial, das suas solidariedades e responsabilidades dependentes, por meio do expediente do nacionalismo aduaneiro, da industrialização interna e da economia dirigida, para se bastarem a si mesmos. Quebrados êsses poderosos vínculos internacionais, arruinou-se a grande indústria, caíu boa parte da influência capitalista e a pobreza geral veio obrigar o Estado à intervenção. E a liberdade recebeu duro golpe — de misericórdia em algumas partes —, porque, é da história, a extensão dos poderes do Estado é inversamente proporcional à riqueza distributiva. Parece que o

homem se faz livre para conservar o que adquiriu — costumava lembrar aquêles bom *raisonneur* de *Jérôme Coignard*.

Mas, observados com algum sentimento da perspectiva histórica, êstes instantes do despotismo estatista devem ser considerados, ainda que com aparente paradoxo, como fases transitórias para a reconstrução da liberdade sôbre novas e mais sólidas bases: a libertação económica das unidades nacionais e o equilíbrio económico internacional. A política russa, quando separada dos seus horrores de violência destrutiva e de impiedosa fúria de levantamento de uma ordem nova, quando reduzida à simpática utopia da emancipação económica pelo seu plano quinquênal e de melhoramento do nível médio de vida, seria imprevisivelmente o figurino ou padrão de tôda uma época. E aquela fórmula de Delaisi sôbre a existência de duas Europas, já baralhadas pelos factos, a do cavalo-vapor ou da liberdade e da lei, e a do cavalo-animal ou das ditaduras, poderia ser substituída por estoutra: a Europa das sobrevivências do capitalismo e a dos estatismos ditatoriais. O poder capitalista, abstração numérica tão desenraizada da realidade vital como o cálculo algébrico, foi o exagêro mortífero do sistema económico do século XIX. A grossaria e o plebeísmo da realização, em que parasitam tôrvos interêsses e opiniões odiosas, é que dificultam a compreensão desta rectilínea tendência para uma superação do antigo liberalismo novecentista. E' um progresso pelo atraso. O indivíduo, que ia sendo asfixiado pela anárquica exageração da doutrina que o libertou e pelo seu derivado despotismo capitalista, caminha através de passageiro estatismo para um super-individualismo. Nem seria possível outro desfecho: o aviltamento individual é a decomposição dos Estados, à maneira da lenta podridão de Bizâncio; a melhoria das condições de vida, mesmo por outorga estatista, reconduz ao predomínio dos valores individuais e ao cerceamento da intervenção estatista. Aquêles despotismos iluminados, à maneira do século XVIII, à maneira de José II, de Carlos III e de Pombal, eram de certo modo suícidas; por isso são enjeitados por todos os conservadores e perfilhados pelo liberalismo, porque a sua obra serviu o anelo do melhoramento individual e da liberdade.

As tais aderências bastardas, que recordam os ruídos parasíticos da atmosfêra que vêm desfigurar a transmissão da telefonia sem fios, produzem essa descontentadiza heterodoxia dos intelectuais, que vêm os seus créditos diminuídos e não podem apoiar as tentativas bárbaras, que realizam as suas doutrinas. Um verdadeiro intelectual pode ser um partidário, mas sempre um partidário exilado. Na história dos povos e da inteligência, não pode haver senão um curto instante de acôrdo entre a inteligência e a passional realização política das suas idéas, "cinco minutos num século" — lembrou espiritualmente Drieu La Rochelle, com alguns exemplos gloriosos.



O crescimento últimamente verificado nesta cidade de Sá da Bandeira, os moldes em que vai lançada, a área disponível para novas e amplas construções, as suas já acentuadas tradições escolares, e finalmente, as condições favoráveis em que a sua população tem proliferado, consentem-nos a esperança de a ver um dia transformada num forte núcleo de cultura nitidamente portuguesa e num centro importante de convalescença e turismo, atraindo os habitantes do interior, quer portugueses quer estrangeiros, pelas suas belezas naturais e pela amenidade incomparável do seu clima.

Milagres destes fizemos nós em condições bem menos favoráveis: Lourenço Marques, ainda há bem poucos anos era um mal afamado presídio, cercado de pântanos, onde o europeu morreria de impaludismo; a Beira era um pobre acampamento de casas desmontáveis, colocadas sôbre areia, ao longo do qual se deslocavam, em carris, pequenas carruagens de trânsito; o Lobito era um insignificante aglomerado de palhotas de pescadores negros, cercado de mangais paludosos e insalúbres. E hoje Lourenço Marques, a Beira e o Lobito são das cidades mais importantes do litoral africano!

Gastão Sousa Dias





“Tudo anda de revés? Não estarão também em guerra as palavras em seus sentidos e valores, que servem para os homens se entenderem e até infelizmente para se desentenderem?”

Aqui temos já a própria terra do conflito disputada por duas denominações — *Etiopia* e *Abissínia*. Etiopia na geografia clássica era o país de nordeste; o vocábulo pecava por desmasia de extensão — daí o adjetivarem-no os nossos para precisar a região — *Etiopia Oriental* (fr. João dos Santos), *Etiopia Alta* (pe. Baltazar Teles). Abissínia tornou-se modernamente mais comum — *Abixia* e *Abissia* se chamou entre nós (por derivação, dizem, do árabe); mas os eruditos aconselham que se prefira o título de Etiopia, perfilhado também pelos velhos autores. E' para louvar que se ressuscitasse agora o nome de *abexins* (de Abixia), dado pelos nossos aos seus habitantes; sirva de exemplo para chamar aos da China, como outrora, chins ou chinas. “Abissínio” encontrará ainda emprego como objectivo.

A pronúncia de Negus pede reparos — Négus ou Negús? Desperta a pergunta o termos visto em fr. Gaspar de S. Boaventura que os naturais apelidavam *Négus* o seu imperador. Deverá ser esse o acento, visto que o título indígena se exprime por *Nagusa-Nagast*, isto é, o rei dos reis”.

Dr. Ricardo Jorge



Outra causa imprime um selo dramático a esta situação contemporânea: é que a cultura liberta — e nunca houve tal afan de cultura e tal irradiação de pensamento! —; e a fome escraviza — e nunca houve tanta fome como nos dias em que o homem plenamente domina a natureza, quando os economistas já previam um alívio na luta pela vida! Cada vez mais rica e mais faminta, cada vez mais inteligente e menos livre — é a contradição dolorosa da vida humana de hoje.

Revertendo ao meu receituário: se quisérmos investigar alguns motivos do novo estilo educativo, paralelo ao novo estilo filosófico, político-económico e estético em definição ante os nossos olhos, decomposemos o conteúdo da unidade imagem-fôrça, que se esboça, na forma abstracta de interrogações, que são outros tantos problemas para os homens de pensamento, ansiosos de reconstruir a dignidade da vida:

1.º ; Qual será a imagem que neste momento a inteligência se pode formar do universo, em esboço antecipado e provisório das conclusões da nova física (1), gloriadas pela especulação?

2.º ; Quais os seus corolários morais e políticos ou qual o sentido da vida, que decorre dessa nova imagem do mundo?

3.º ; Como os corroboram, a êsses corolários, as induções sobre a realidade social, quando sondada nas suas tendências profundas e nos verbos vários em que se expressa?

4.ª ; Qual o escólio pedagógico dessa imagem ou qual a forma de graduar as várias reduções dela em círculos concêntricos e de a condensar em catecismo para a transmitir aos pequeninos bárbaros, que vão chegando?

5.ª ; Como pôr em relevo a *iconobulia* ou o poder activista dessa imagem?

i Quantos problemas e que longa, árdua e nobre tarefa para toda uma geração! Geração como eu a concebo: uma revoadada de espírito novo, à frente, como guias ou

(1) Para os cépticos do labor científico do século XX êste pequeno memento. O matemático espanhol J. Rey Pastor, congratulando-se com o regresso da física ao pitagorismo, aponta os seguintes nomes de obreiros da nova física, da nova imagem do mundo: na Alemanha, Einstein, Born, Ehrenfest, Debye, Fock, Gordon, Heisenberg, Heitler, Hund, Kellner, Klein, Landau, Laue, London, Madelung, Neumann, Oppenheimer, Pauli, Planck Schrödinger, Sommerfeld, Weyl e Wigner; na Dinamarca, Bohr e Kramers; nos Estados Unidos, Birge, Breit, Condon, Epstein, Herzfeld, e Van Vleck; na França, De Broglie e Langevin; na Holanda, Uhlenbeck e Goudsmit; na India, Raman, Bose e Saha; na Itália, Fermi, Rosetti; na Inglaterra, Darwin, Dirac, Eddington, Gaunt, Fowler, Jeans, Milne, Mott e Rutteford; no Japão, Hory, Kikuchi, Nagaoka, Sijura e Tachaminé; na Polonia, Iwanenko e Mrowzowsky; na Russia, Babiloff, Frenkel, Joffe, Lewschin, Terenin, Wentzel; na Suécia, Störmer. Ver *Los progressos de Espana e Hispano-américa en las Ciencias teóricas*, Madrid, 1932, pag. 46.

esclarecedores, êsses poucos homens de fundo sentir e forte pensar, que são o timbre de uma pátria e de uma época, à volta o côro aplaudidor das classes médias de cultura e sensibilidade — como na tragédia grega — e mais longe, essa turba sensível, que recolhe passiva e fielmente as vibrações novas e a elas se afeiçoa.

Cria Oliveira Martins que o poder e a grandeza de um povo dependiam de chegar a formular, uma constituição original. Será. Mas essa constituição peculiar é sempre a última expressão orgânica ou estrutural doutras coisas anteriores e mais determinantes: um conjunto de juízos sôbre o mundo e sôbre a vida, presente na sua *élite* condutora e um impulso voluntarista por êle irradiado, isto é, a típica imagem-fôrça de uma época. Aquela floreação heróica do pequeno Portugal do século XV-XVI nasceu da dominadora presença de uma nova imagem-fôrça ou, com mais precisão, do açodado cooperar na construção da nova imagem-fôrça do Renascimento. Já aponte algumas das idéas que povoavam e dirigiam a mente dêsses portugueses de nova estatura (*A épica portuguesa no século XVI*) e recordei que, nos anais da personalidade humana, a aporção psicológica dos portugueses será o seu maior serviço à história universal, no qual o variar do critério de valor dos séculos não ratinhará. Eram idéas simples e poucas, mas novas e impregnadas de dinamismo activo. Eram idéas dos primórdios da Renascença, quando o homem se desintegrava do meio e sôbre êle reagia sob a forma de infatigável curiosidade geográfica, quando lado a lado coexistiam em boa paz as sobrevivências do aristotelismo medieval e os deslumbramentos do espírito novo. Lado a lado, pacificamente, porque no cérebro do homem cabem tôdas as contradições, uma vez que cheguem a fundir-se nessa última essência, que é o esforço criativo.

Criatividade é a palavra de Keyserling e é feliz para traduzir êste impulso realizador que vem de um sistema de valores, submissamente acatado e amado, e se projecta em acção nova, em futuro desconhecido. A vontade de Schopenhauer, como princípio universal, é uma generalização engenhosa e atrãente, mas assenta sôbre falsa analogia: a da tendência finalista e imutável da vida universal com a liberdade e volubilidade dêsse impulso activo, quando se filtra através da consciência humana. E tem o propósito preconcebido de chegar à aniquilação dessa mesma vontade nobilitadora, pela contemplação estética e pela renúncia nirvânica.

O voluntarismo da imagem-fôrça, que uma pedagogia inteligente deve cultivar e dirigir, é uma superação da própria condição humana. Se esta em si obstinadamente se confinasse, tal esforço havia de ser dispendido, como dispendem tôdas as espécies animais o seu haver de energia: na sua conservação e na procriação. Mas tal voluntarismo, emanando de uma imagem do mundo incansavelmente rectificadora, equivale ao trágico afan de Prome-



“Como observou um viajante americano, que aqui esteve em setenta, nas casas dos senhores de engenho mais ilustres de Norte se encontravam livros sérios e revistas de cultura do tipo da *Revue des Deux Mondes*. Ao contrário dos fazendeiros de café de S. Paulo, só interessados no mil réis — diz o viajante — aquêles aristocratas do açúcar acompanhavam o movimento das idéas na Inglaterra e na França.

“E’ curioso encontrar observações de profundo interesse, sôbre assuntos brasileiros, não só em discursos e cartas de agricultores, como na correspondência — tão ignorada — de capitães-generais portugueses, que muitos supõem hoje uns fidalgoes sem nenhuma expressão intelectual. Alguns dêles merecem figurar ao lado dos nossos publicistas consagrados, aos quais às vezes se anteciparam, uns na sua meia língua, errando no português que nem uns meninos de colégio, outros em frase clara e até elegante, de quem estudára latim em pequeno, numa interpretação mais humana e menos formalista de factos e tendências da vida brasileira.”

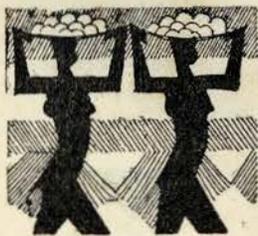
Dr. Gilberto Freyre
Professor da Universidade
da Capital Federal



Diz-se que a ociosidade é a mãe de todos os vícios. Ora o pessimismo é justamente *uma das formas da ociosidade*. Um dos períodos do meu último artigo é este: *Não se faz nada porque NÃO SE QUER ou não se pode fazer nada*. Não se quer! E não se quer porque fazer alguma coisa é *maçada* e ninguém está para *maçadas*. E não se quer porque fazer alguma coisa é *trabalhar* e ninguém está para *trabalhar*. E' terrível. Um outro dos nossos grandes defeitos é a mandrice a que se deve fazer guerra de morte. Defeito que, moral e materialmente, produz incalculáveis prejuízos, incalculáveis desastres. Moralmente perverte, dissolve. Materialmente cifra-se em quantias fabulosas. E dela deriva ainda a *resistência passiva*, que é uma verdadeira lepra social.

A resistência activa combate-se com relativa facilidade. Mas a resistência passiva moe, rala, escapa-se por tôdas as malhas, tornando impotentes, contra ela, todos os esforços.

Homem Cristo



teu, que ambicionou exceder a própria condição, é um incontido latejar de asas que junta ao nosso rastejar de lesmas viscosas uma aspiração ascensiva, que pode chegar a levantar no coração de alguns o problema de Deus, suma perfeição, suprema justiça ou inatingível meta. Também a limitação asfíxiante que o estatismo contemporâneo e as duras condições da vida nesta hora de perplexidade opõem à livre expansão dêsse esforço criativo dos homens de intuição profunda e em cuja peito estúa um mar de energia, determina verdadeiros dramas de consciência. Li páginas intensas, em que a juventude americana lançava as suas queixas dolorosas, não por ter fome e ter frio, mas por se ver agrilhoada à mais tirânica impotência. Com que desespêro êles evocavam os áureos dias da Renascença ou reino da vontade livre e os róseos dias do Romantismo ou reino da emoção livre.

Há neste esforço criativo um aspecto essencial, que não tem escapado à profunda observação de alguns pensadores contemporâneos: a coragem, o amor do risco ou a confiança na fecundidade do risco. Ortega y Gasset já salientou na *Rebelión de las Masas* que a insegurança é companheira de tôdas as épocas verdadeiramente criadoras. Agustin Aragón, um mexicano a quem o seu militante dogmatismo positivista não fechava os olhos à realidade, confessou na minha presença (Maio de 1931, discurso na *Sociedade Geográfica do México*) a sua confiança plena na capacidade criadora da hora actual, mesmo através da incerteza e das contradições, que fazem cépticos os espíritos sem senso histórico, temerosos da própria história.

Essa fé dos grandes momentos, que acompanhou o cáos italiano do século XV-XVI e o cáos francês do fim do século XVIII, é o reconhecimento da inevitável aliança da destruição sem piedade com o dinamismo da construção, porque tôda a marcha decisiva, na história, é inexorável, mata instituições, suprime interêsses, arcaíza ideais.

Cada imagem-fôrça contem inseparavelmente amor e morte, magias galvanizadoras e invencíveis hálitos letais. Se a sua vontade construtiva ou de amor é asfíxiada, rompe-se o seu equilíbrio interno, dissociam-se os seus elementos e erram à sôlta os ventos mortíferos. E' a vingança das idéas...

EXPOSIÇÃO

Provincial

de

BENGUELA

POR ANTÓNIO AUGUSTO DIAS

ANTIGO MEMBRO DO CONSELHO PROVINCIAL DE ANGOLA

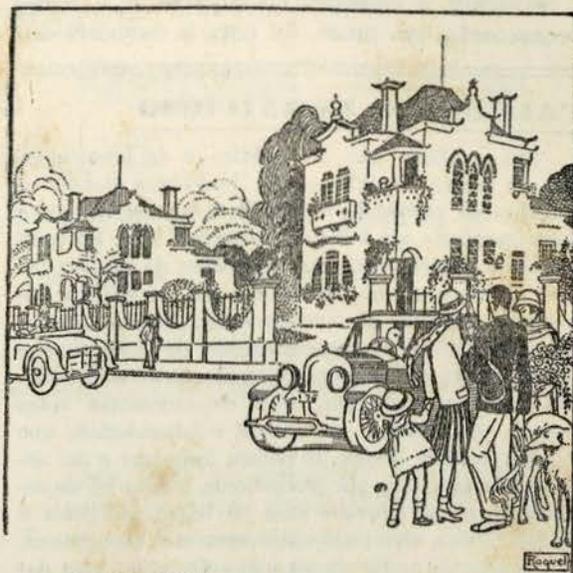
(ESPECIAL)

NÓRTON DE MATOS, num dos seus luminosos rasgos de génio, de percepção clara de vidente, de estadista consumado que descortina o futuro, criou a cidade de Nova Lisboa, no planalto de Benguela. A rêde de estradas

de que ela é centro, iniciada no seu primeiro govêrno, tornaram-na ponto de passagem obrigatório por lá para todos os que viajam pelo interior de Angola; o Caminho de Ferro de Benguela montando ali as suas grandes oficinas, com tôdas as benfeitorias correspondentes, pessoal, água, luz, deu-lhe prosperidade, vida e movimento. Quem nos diria, ainda não há duas dúzias de anos, quando fomos à inauguração da linha férrea, que em Setembro último assistiríamos a uma Exposição lá realizada!



ANTÓNIO AUGUSTO DIAS



Huambo (Nova Lisboa).

Angola.

A Exposição Provincial de Benguela, foi um certame soberbo. Muito além do que podíamos imaginar, uma manifestação de actividade, progresso e engrandecimento.

Os últimos anos têm sido inclementes, crueis. Um profundo desânimo atingiu colectivamente a alma do colono angolano, mas não lhe fez perder a fé, a esperança em melhores dias. Abalado por restrições sem fim, até a praga acridiana que tudo devorou, destruiu, e o deixou reduzido à miséria, o feriu; e, êle, intemerato, estóico, imperturbável, dobrou-se novamente sôbre a terra, para a desbravar e cultivar, não a abandonou, e continua firme a fazer colonização, a guardar para Portugal o sagrado solo de Angola, conquistado, regado, com o sangue de *pombeiros*, soldados e missionários.

Apesar de tôdas as dificuldades financeiras e económicas, verifica-se que a Colónia caminhou, progrediu. Quando olhamos para trás, para os quarenta anos em que cá vivemos, é que se repara o quanto de progresso tem o caminho andado. E' que essas dificuldades, felizmente, não têm o condão de abater a moral dos colonos. As virtudes cívicas, o sacrifício e patriotismo da Raça, impõem-se sempre.

Quando, ao inaugurar-se a Exposição, ouvimos os acordes da Portuguesa, os clarins de marinha tocar a continência, vimos as fôr-

ças de infantaria negra a apresentar armas e a bandeira das quinas a subir no mastro, naquella mesma terra onde três dezenas de anos antes imperava um potentado negro, bárbaro e selvagem, a comoção atingiu-nos e o nosso pensamento, em prece, foi para a memória dos

PALUDISMO PERNICIOSO

Diz o adágio que de médico e de louco todos têm um pouco. Quanto a nós, preferimos atender os conselhos da prudência, a invadir circunscrições que a nossa ignorância nos tolhe de perlustrar. Mas, tal facto não obsta o que aplaudamos o trabalho do Sr. Dr. António Pacheco e que louvemos o seu patriótico e humanitário empenho de divulgar e de colocar ao alcance do grande público, e particularmente de todos aquêles que vivem em climas tropicais, conhecimentos de absoluta utilidade, visto que, a-par de numerosas notas clínicas, terapêuticas, profiláticas e laboratoriais, que pelo seu carácter técnico, só podem interessar e ser devidamente estudadas por profissionais, muitas há de ensinamento e real proveito para os leigos, aos quais o distinto clínico, sem pedantismo nem ares catedráticos, fornece seguras e proveitosas indicações sôbre uma doença que tantas vidas dizíma, ou quando não dizíma, rouba-lhes o melhor das energias necessárias para o trabalho e para a acção.

"A profilaxia de paludismo não é conhecida pela grande maioria dos colonialistas", — esclarece o Sr. Dr. António Pacheco. "Poucos são os que se defendem das picadas dos mosquitos e muitos, dos que julgam defender-se, organizam essa defesa tão inconscientemente, que se torna perigosa".

"O quinino é imoderada e irregularmente tomado, não servindo como profilático, nem como específico".

E mais adiante acrescenta: "*E' costume, velho e mau, deixar evoluir o paludismo, combatê-lo com purgantes e doses de acaso de quinino, sem se recorrer ao médico ou recorrer-se tardiamente*".

Para êste facto tão real e palpável que ninguém ousará discutir, o espirito do provérbio que serve de intróito à presente nótula bibliográfica, entra com oitenta por cento, correndo os vinte restantes por conta desta pecha bem nossa de *deixar para manhã*, que deve ser combatida enérgicamente e neste caso com uma divulgação intensiva de ensinamentos, sobretudo preventivos e profiláticos, que é mister e imprescindível fazer sem demora.

A obra dos nossos médicos tanto de saneamento e profilaxia como de combate às doenças que flagelam as populações indígenas e europeias, é qualquer coisa de notável e assombroso, que os meios científicos mais adiantados admiram mas que, por falta de divulgação fóra das revistas técnicas, o publico desconhece.

Há trabalhos do mais sólido valor esquecidos e amortalhados entre calhamaços pulverulentos e relatórios maçudos e cacetes, esperando que almas caridosas se amerciem da sua sorte e os restituam à luz. Seria uma obra da mais rara utilidade dar-lhes publicidade. Mas quem pensa em tal coisa?

Por isso não podemos deixar de louvar a publicação de *Paludismo Pernicioso* e de aplaudir o entusiasmo e o esforço do Sr. Dr. António Pacheco.

obscuros heróis da occupação que, em luta com os gentios, sofrendo privações, faltos de tudo, arrostando inclemências e sofrendo a acção de climas insalubres e mortíferos, tomaram posse do império angolano, sem outro estímulo que não fôsse a glória da Pátria distante.

Muitos e variados *stands*. Alguns soberbamente instalados. De todos, occupava o primeiro lugar, o do Caminho de Ferro de Benguela, bom em qualquer parte do mundo; o da Instrução, das Missões Religiosas do Espirito Santo, concelhos do Huambo, Caala, Benguela, Lobito, etc.

Os mapas, gráficos de produção, movimento, população, rendimento, frequência escolar; do incremento da catequese, das propriedades agrícolas, hectares cultivados, importação e exportação, etc., da Província de Benguela, estavam ótimos; uma fonte de ensinamento e de consulta, por abrangerem tóda a sua actividade comercial, industrial, agrícola, de insino e moral. A obra missionária em Angola, a missão dos verdadeiros sacerdotes do Espirito Santo, o quanto êles trabalharam na penetração pacífica do território, na conversão de gentios idólatras e sua elevação moral, no *stand* das Missões se podia apreciar.

A Exposição Provincial de Benguela marcou pela sua imponência e número de expositores. Foi um certame que honrou não só esta província, como Angola. Em tabacos, sabões, massas alimentícias, artigos de cerâmica, de fibra de ajave, lavores, bijouterias várias, laticínios, carnes fumadas, etc., não são inferiores aos seus similares europeus. E maior seria o certame, se se estendesse a tóda Angola e não fôsse privativo da Província de Benguela. A região do Bié, onde a colonização mais se tem evidenciado, onde a agricultura está mais adiantada, apesar de limítrofe, não se fez representar. E foi pena.

Nova Lisboa é a cidade de maior futuro de Angola. Centro da grande colonização e da produção cerealífera, situada na região planáltica, onde o clima é salutar para a raça branca, a sua prosperidade e incremento são certos, fatais. O Caminho de Ferro de Benguela é criador de terras. Além dumas duas dezenas de vilas, tem já duas grandes cidades: Lobito, no litoral, e Nova Lisboa, no planalto de Benguela.

António Augusto Dias

A VIDA INDÍGENA EM ANGOLA

SEGUNDA PARTE

CAPITULO II

SUCCESSÃO — HERANÇA — PARTILHAS — DOAÇÃO

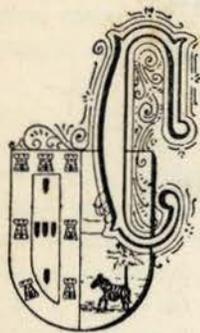
CAPITULO III

HOMICÍDIO — ADULTÉRIO — ROUBO ESTUPRO — FEITIÇARIA

PELO TENENTE IVO BENJAMIM CERQUEIRA

ANTIGO DIRECTOR DA SECRETARIA DOS NEGÓCIOS INDÍGENAS DE ANGOLA

(ESPECIAL)



Como vimos, a sucessão faz-se por linha colateral feminina. O esquema que damos a seguir, mostra-nos o sistema de sucessão seguido pela maior parte das tribus que habitam a Colónia de Angola. No entanto, devemos salientar que se manifestam já tendências para a modificação dêste

sistema nos povos em mais íntimo contacto connosco, nomeadamente entre os *ambaquistas* (povo meio civilizado de Ambaca — Cazengo — Pungo Andongo).

Os herdeiros, são:

- a) — O sobrinho primogénito filho da irmã uterina primogénita.
- b) — O tio materno (irmão uterino da mãe)
- c) — Os irmãos uterinos.
- d) — Os sobrinhos filhos das outras irmãs uterinas.
- e) — Os primos, filhos da irmã uterina da mãe.

As mulheres herdam todos os utensílios domésticos e arrecadam tudo quanto hajam grangeado.

Aos herdeiros e sucessores fica incumbido, como no morgadío, o sustento e protecção dos outros parentes.

As mulheres ficam também sob a tutela do sucessor, que as deve proteger, alimentar e dar-lhes panos e adôrnos. Como vimos, as viúvas podem juntar-se com qualquer membro da família do seu defunto marido, sem que esta tenha de pagar novo "alambamento" (vidé

pags. 105), ou regressam aos seus povos, observadas certas circunstâncias. Se isso acontecer, os filhos varões irão com elas e as fêmeas ficarão na comunidade familiar para, com o "alambamento" proveniente do seu futuro casamento, resgatarem a mãe.

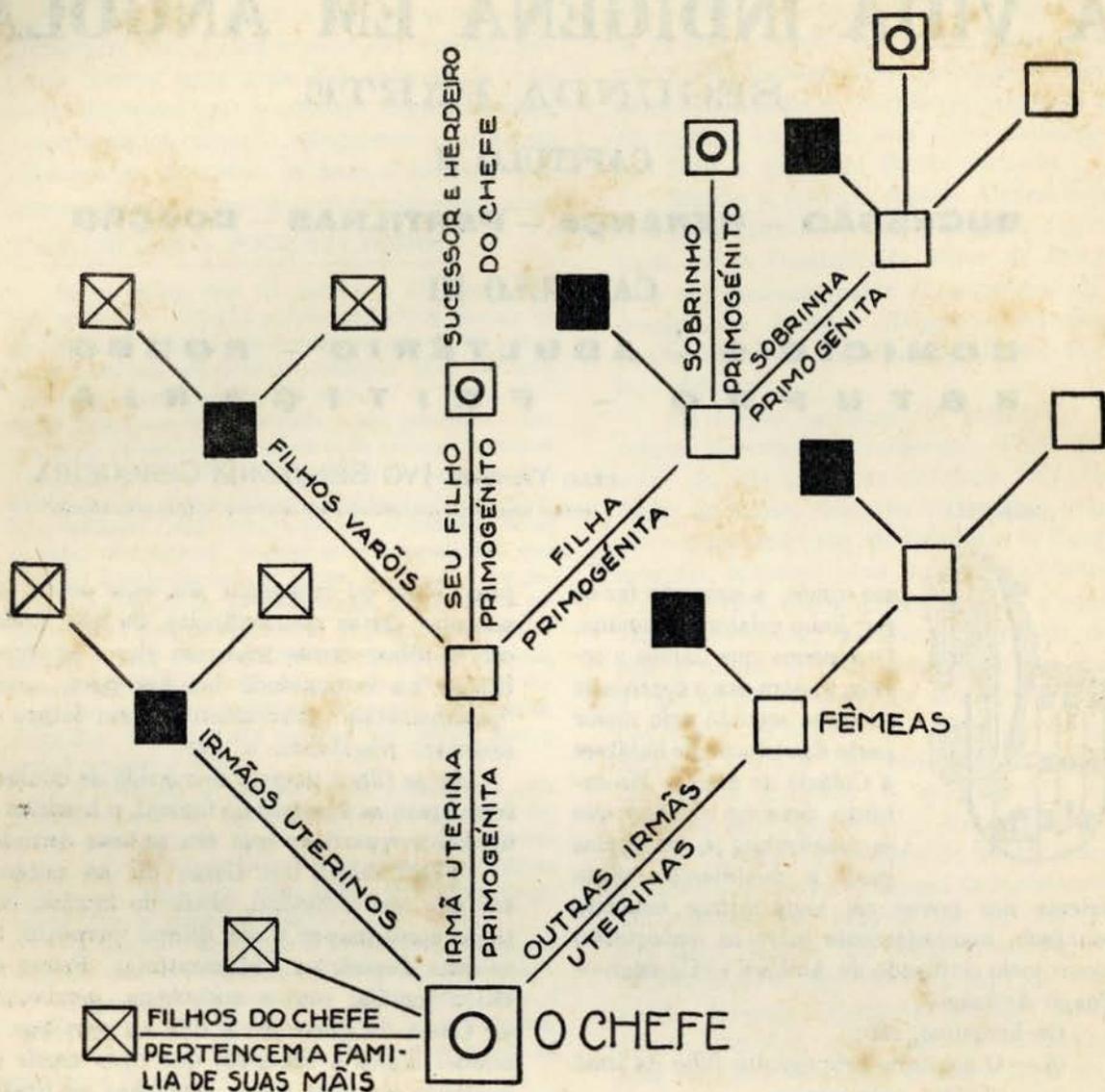
Se os filhos tiverem concorrido de qualquer forma para as despesas do funeral, o herdeiro ou herdeiros repartirão com êles os bens deixados.

TESTAMENTO: Casos há, no entanto, em que um indivíduo, chefe de família, sentindo aproximar-se o seu último momento, faz as suas disposições testamentárias. Reúne então a família, com a assistência, geralmente, do Chefe da povoação e dita as partilhas ou mesmo indica a sucessão, que pode recaír em qualquer dos seus filhos, sobrinhos ou irmãos, ou mesmo, menos vulgarmente, em indivíduo estranho; êle indicará também, ao herdeiro, quais os encargos que deve assumir.

A vontade expressa no testamento é severamente respeitada. A não observância poderia irritar o espírito do morto e causar o mal a tódta a comunidade. O testamenteiro é, em regra, o tio materno do autor ou o Chefe da povoação.

Em certo povo da Lunda, a sucessão e a herança passaram a fazer-se de pais para filhos, desde que um Chefe de prestígio, tendo recebido graves ofensas de seus parentes, em sua disposição testamentária, instituiu seu herdeiro e sucessor a seu filho primogénito. O caso restrito generalizou-se, ao que parece.

DOAÇÃO: Pode qualquer indivíduo doar os seus bens móveis ou imóveis. Em tal caso,



ESQUEMA MOSTRANDO A SUCESSÃO E HERANÇA POR LINHA COLATERAL FEMININA

fará convocar a família e lhe comunicará a doação feita a favor d'êste ou daquêle amigo. A família d'êste assiste também. A doação é, todavia, rara e, quando prejudique muito os interesses dos legítimos herdeiros é menos respeitada, dando origem a complicadas questões.

ALGUNS CASOS DE CRIME

Não se estabelece diferenciação entre crime de carácter público ou particular. Melhor; no fundo, todos êles se deverão considerar de carácter particular, à parte o crime de ofensas ao Chefe que é perseguido pelos oficiais de justiça e julgado na assembléa dos "macotas".

O chefe imporá ao criminoso a reparação do crime, quando êste livremente o não queira

fazer e a solicitação da parte ofendida. Havendo desobediência, será o autor julgado por êste crime pelo tribunal do Sóba.

HOMICÍDIO

Era outrora reparado com uma forte indemnização a pagar pelo autor do crime à família do morto. Evidentemente que, hoje, alguns raros casos de homicídio vêm ao conhecimento da autoridade sendo julgados pelos nossos tribunais. No entanto, a grande maioria dêles devem ainda ser liquidados pelo sistema das indemnizações, sem que venham a ser comunicados à autoridade. A família gentílica nada lucra, de resto, com a condenação do criminoso pelos nossos tribunais e aplicação das nossas

penas. O que lhe interessa é a sua *integridade* e, assim, que o criminoso que a privou de um dos seus membros, a habilite a, pelo "alambamento", adquirir outros. Assim, a indemnização pelo homicídio, calculava-se sempre sobre o preço corrente do "alambamento" de uma, duas ou mais mulheres, consoante as circunstâncias especiais do crime e decisão do tribunal do Chefe.

O homicídio involuntário era tratado amigavelmente entre as duas famílias, pondo-se a questão no mesmo pé. Quando fôr elaborado um Código Penal para o indígena, será conveniente que, além da penalidade a impôr pela feição pública do crime, se consiga o pagamento duma indemnização para a família do morto. Só desta forma se promoverá a boa aceitação, pela comunidade gentílica, da lei penal e da sanção dos tribunais.

ADULTÉRIO

Este crime é sempre atribuído à mulher maridada, considerando-se como uma usurpação e como tal devendo ser resgatada por uma indemnização ("Panda", "kitutche" etc. conforme a região). Dirá o marido ofendido:—"F... *comeu do meu boi*" (refere-se ao "alambamento") ou "*comeu da minha panela*", deve, portanto, pagar a "panda".

A filha nascida do adultério pertencerá ao marido. Pode ela *resgatar o crime da mãe*. "A cria paga a vaca"...

Em determinadas tribus, a mulher que durante a ausência do marido lhe tenha sido infiel, dá-lho a saber não lhe preparando a comida no seu regresso.

Prevenido o marido, desta forma, da sua *desgraça* (?) pela própria mulher, vai contar o caso ao chefe da família ou a quem negociou o casamento. Este, por sua vez, vai procurar o chefe da família da adúltera ou com quem o casamento dela igualmente foi tratado, e, marcada uma reunião a que assistem as duas famílias, ali comparece a *culpada*, que então e diante de todos confessa a sua *falta* e com quem a cometeu.

Este pseudo-conselho resolve então qual a indemnização ("Kitutche", se chama nessa região) que o ofensor deve pagar ao *marido ofendido*, que quasi sempre é igual ao "alambamento" por este pago na ocasião do casamento, não dando o caso, geralmente, motivo a divórcio.

Isto não quer dizer que nesta e noutras tribus, os maridos menos escrupulosos em pon-

tos de honra, não sejam os primeiros a incitar suas mulheres à infidelidade, indicando-lhes, muitas vezes, aquêlê que, pela sua riqueza, melhor indemnização pode pagar...

Sim, porque êle não os perderá de vista e aparecerá no momento oportuno, bastando, muitas vezes, a simples declaração da mulher.

ROUBO

O roubo é punido com a restituição do objecto roubado, acrescida de uma indemnização. O ladrão é apontado ao povo, que pode bater-lhe. Não mais terá aceitação. Os tios maternos são quem terá de pagar as indemnizações devidas. Se os crimes se repetirem, terminarão os tios por colocar o deliquente, sob condição servil, junto de qualquer família abastada.

O furto doméstico é vulgar e geralmente praticado por adolescentes. Neste caso, os tios maternos lhes aplicarão o correctivo, que consiste em castigos corporais.

ESTUPRO

Varia, de tribo para tribo, o tratamento deste crime e a responsabilidade do autor, consoante o maior ou menor grau da moralidade dos seus costumes.

O crime, em si não reveste, geralmente, maior gravidade nem implica outra sanção além da reparação pelo "alambamento". O autor deverá casar com a estuprada, porque os parentes desta dirão:—"Êle atravessou-se no nosso caminho..."

Todavia, se do acto violento resultar lesão ou enfermidade, o assunto é tratado sob este aspecto e, ainda, punido o crime pelas indemnizações arbitradas.

FEITIÇARIA

E', sem dúvida, o crime mais execrável e temido dos indígenas, devendo ser objecto duma repressão por meios convenientemente estudados tendo em vista os costumes e usos particulares de cada povo.

Tem-se, geralmente, confundido várias entidades que no meio indígena exercem, de facto, decisiva influência e a quem se atribuem, em regra, os actos de feitiçaria. Há, porém, que distinguir essas entidades, pela feição e papel que tomam nas várias práticas. A sanção a aplicar a cada uma delas não pode de forma alguma ser idêntica. Assim, temos:

1.º—KIMBANDA ou TCHIMBANDA, o curandeiro, indivíduo que tocado de certa in-

fluência sobrenatural que se atribúe e diz comunicar aos seus "milongos" (remédios), exerce a *medicina* curativa ou preventiva. E' certamente um indivíduo perigoso porque na maior parte das vezes reúne também as qualidades de feiticeiro pròpriamente dito, gozando de enorme prestígio entre as populações.

2.º — O MUCUÁCHIMBA — MULOGI — NGANGA — o adivinho, o que descobre o autor dos feitiços que determinaram a morte ou doença de qualquer indivíduo. O "Nganga" é mais pròpriamente o adivinho oficial, uma espécie de oráculo da tribo com influência de ordem política e que assiste aos conselhos dos "macotas".

3.º — O CHINGANGO ou TCHINGANGO — é a entidade mais perigosa e por isso mesmo temida. E' quem prepara, vende e administra as drogas e venenos a pedido dos interessados, indicando-lhes os sacrifícios propiciatórios.

4.º — O TCHILOMBOLA — é o indivíduo também tocado de influências sobrenaturais que dirige e preside à circuncisão e ao período de reclusão ou noviciado (em regra trinta dias). Aquêl que desrespeitar a lei dentro do recinto cai sob a sua acção inexorável. Mulher que ao levar a comida para seu filho cometa a imprudência de se aproximar demais, a ponto de poder vêr o que se passa dentro do recinto da circuncisão, aparecerá dias depois morta por qualquer veneno hàbilmente ministrado.

E' raro que ao conhecimento da autoridade chegue qualquer queixa por práticas de feitiçaria, exactamente pelo terror que tais indivíduos inspiram aos povos. Preferem êstes ver-se livres do feiticeiro liquidando-o por qualquer forma secreta e muitas vezes por processos em que entra a acção de outro *feiticeiro* ignorado.

Nos poucos casos que vêm ao conhecimento da autoridade, as provas contra o argüido são geralmente tão vagas e imprecisas que difficilmente se poderá aplicar qualquer penalidade com garantia de justiça.

Convirá, neste ponto, muito essencialmente, que as autoridades procurem conhecer bem o meio indígena e as práticas de feitiçaria mais usadas, ao mesmo tempo que por uma acção policial conveniente se deverá promover a sua repressão.

As práticas de feitiçaria mais nefastas e conhecidas das nossas autoridades, revestem dois caractéres diferentes:

a) — As que têm por fim adquirir como que uma invulnerabilidade às doenças e males que podem afligir o povo. O *Tchingango* exige para tanto o sangue de um filho de família, ainda não iniciado e que se sacrifica à *felicidade* do agregado. As colheitas serão abundantes, as chuvas não faltarão e as doenças não virão afligí-lo. As iras dos numes ficaram acalmadas...

b) — As que têm por fim libertar um indivíduo ou família de um seu supôsto inimigo. Em tal caso, para captar as boas graças dos *deuses* chega o sangue de uma cabra ou mesmo de um galo. O veneno é preparado e hàbilmente ministrado, em ocasião oportuna, pelo *Tchingango*.

A prova pelo "juramento" (N'cassa) (1) é, também, ministrada pelo feiticeiro, ainda que já com pouca freqüência, mercê da fiscalização das autoridades.

Consiste esta prova, como é sabido, no seguinte: — As duas partes litigantes ou o indivíduo sôbre quem recáem as suspeitas, ingerem determinada droga (2), preparada pelo *Tchingango*: o indivíduo que não vomitar a beberagem e entrar em delírio, a que, muitas vezes, sobrevém a morte, é o *criminoso*.

E' interessante notar que, em algumas tribus, tratando-se de questão entre dois indivíduos, podem êstes fazer-se representar nesta prova, pelos seus sobrinhos, filhos de suas irmãs uterinas: — o sobrinho do *criminoso* ou da parte que estiver fóra de razão no pleito, será o que não vomitar o veneno. Isto prova, mais uma vez, a estreita solidariedade e interdependência do agregado familiar, dentro do ramo materno.

Como vimos, *Tchimbanda*, *Tchingango* e *Mucuáchimba*, são o trío em que assenta a feitiçaria indígena. Será necessário persegui-los por todos os meios ao nosso alcãnce, para o que é imprescindível um cuidadoso estudo, por parte das autoridades regionais, das feições próprias das práticas mais usadas, particularmente em cada tribo.

(1) — Designação que a esta prova é dada nalgumas regiões da Lunda; no Enclave de Cabinda, onde predomina a lingua portuguesa, já lhe chamam "casca".

(2) — Beberagem preparada com a casca de "tuku-la" ou "takula" que contem substâncias fortemente arsenicais e taninosas.

CARBURANTES

LUBRIFICANTES

(ESPECIAL)

Portugal (continente e ilhas) importou, em 1934, os seguintes carburantes e lubrificantes:

	QUILOGRAMAS	ESCUDOS
Antracite, hulha, linhite e coque.....	1.108.344.000	131.480.027
Gasolina.....	59.048.613	27.595.637
Petróleo.....	58.373.331	21.155.764
Óleos lubrificantes e carburantes.....	45.757.726	25.258.251
no total de.....	1.271.523.670	205.489.679

Comparando com a importação em 1933, nota-se um acréscimo, em 1934, de 36.346 toneladas, correspondentes a um aumento de 12.813 contos, apesar da baixa do preço da gasolina nos meses de Outubro a Dezembro.

E' de prever que, no ano corrente, a importação dêste grupo de mercadorias seja maior em virtude de terem sido importadas, a mais do que em 1933, 2.140 toneladas de máquinas industriais, 150 de geradores de vapor e 2.631 de viaturas automóveis.

O facto da importação não mereceria referência especial se Portugal não possuísse, na Metrópole, minas de carvão que ocupam a área de 24.994,054.950 hectares, assim distribuídos:

Antracite 2.035,66.25, no distrito de Santarém
Hulha... 12.094,62.59, « « « Setúbal
Linhite... 8.764,23.49, « « « Leiria
Turfa... 2.099,531650 nos distritos de Viana do Castelo, Viseu, Leiria e Santarém.

“Sem um carburante nacional, não
pode existir independência nacional”

GENERAL HENRIQUES

“Um país sem carvão é sempre vas-
salo e nunca poderá ser soberano”

L O R D C U R Z O N

POR JAIME REBELO HESPANHA
OFICIAL DO EXÉRCITO E PUBLICISTA

Não obstante o Estado ter feito 51 concessões para a sua exploração e haver cinco coutos mineiros, há muitos jazigos que o não são e a extracção no ano findo, pouco excedeu 205 mil toneladas, quantidade insuficiente para satisfazer as necessidades do consumo como, provàvelmente, insuficiente seria se tôdas as minas fôsem intensamente exploradas.

O nosso principal fornecedor — digo-o a título de informação — foi o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte que, só êle, contribuiu com 1.027.124 toneladas de hulha.

A Metrópole, porém, vive um tanto divorciada das Províncias Ultramarinas que nos servem, quási sômente, para consumirem tecidos de algodão e fornecerem milho, açúcar e sementes oleaginosas. Assim, não pensamos em lá ir buscar madeiras, cascas taninosas e muitos outros artigos que, certamente, nos resul-

tariam mais baratos e cuja importância não iria pesar na nossa balança económica.

Em Angola há possantes jazigos de carvões em Buco-Zau, Musserra, Lipine, Dande, Benguela-a-Velha, (Pôrto Amboim), Benguela, Novo Redondo, Lobito, Dombe, Chapéu Armado e Mossâmedes. Em Quelo, Gondo e Catumbo, há lagos asfálticos. Tôda esta riqueza está por estudar convenientemente. Sabe-se apenas, que há lá carvão.

As únicas até hoje estudadas, fôram as seguintes: De Quilongo, situadas a 12 Km. a leste de Zenza do Itombe e a 10 do apeadeiro Mureaú do Caminho de Ferro de Malange, e a sua concessionária é a firma Câmara & C.^a Lda., de Luanda. A área da concessão é de 2.000 hectares.

A análise dêste carvão deu o seguinte resultado: densidade 1,16 — humidade 1,8%; substâncias voláteis hidro-carbonadas 47,7%, cinzas 28, 3%, carbónio fixo (coque, menos cinzas) 22, 2%, coque 50, 5% e, o seu poder calorífico é de 7.200 calorías. O coque contém 56% de carbónio fixo e o seu poder calorífico é de 6.500 calorías.

Da destilação do carvão resulta: óleo crú 36, 4%, água 3, 1%, coque e resíduos 15,5% e, o óleo, por sua vez destilado, dá: óleos leves (gasolinas, petróleos) 30%, óleos médios (para combustão interna) 40, 0%, óleos lubrificantes 22, 0%, cêra e vaselina 2, 1%, asfalto 6%.

As minas de Calucala ficam situadas no vale do riacho do seu nome, 25 Kms. a norte de Zenza do Itombe, a 20 do apeadeiro Maria Teresa do Caminho de Ferro de Malange e é sua concessionária a Sociedade Calucala, Lda. de Luanda. A análise dêste carvão acusou: densidade 1,24; humidade 2, 3%; matérias voláteis 53, 2%; cinzas 12, 3%; carbónio fixo 32, 2%; enxôfre 1, 2% e o poder calorífico de 7.900 calorías.

A destilação do carvão dá: água 3, 9%; óleo crú 38,1%; coque (duro) 46, 3%; coque (menos cinzas) 35%; gás e perdas 11, 7%.

A análise do óleo indica a seguinte composição: essências leves (benzolina, gasolina) 37%; kerosene 16, 0%; óleos lubrificantes 28, 0%; parafina 4, 0%; resíduo asfáltico 8%, perdas 7%; densidade 0,9028 (60° F.)

* Os carvões de Dondo têm a seguinte composição: carbónio fixo 18, 3%; matérias voláteis 56, 6%; cinzas 22, 5%; humidade 2, 6%. Poder calorífico 7.100 calorías.

Distilado, o carvão produz: óleo crú 31, 2%; coque 54, 8%, e o óleo, destilado: óleos leves 41%; óleos iluminantes 19%; óleos lubrificantes 22%; vaselinas e parafinas 6%; asfalto 7%; perdas 7%. Podêres caloríficos: do coque, 4.500 calorías; do asfalto, 7.800.

Mas, em Angola, há, ainda, linhite gorda em Cabo Lêdo, 50 Kms. ao sul do Rio Cuanza e turfa a 2 Kms. a norte da fábrica de açúcar do Bom Jesus, na margem direita do Cuanza e a 40 Kms. a E. S. E. de Luanda.

A análise da linhite acusa: do primeiro: carbónio fixo 44, 7%; matérias voláteis 32, 8%; cinzas 7, 9%; e humidade 14, 6%; destilada a sêco, a linhite fornece: óleo crú 27, 4%; coque (incluindo cinzas) 48, 8%, água 18, 2%; perdas 3, 6%; a densidade do óleo é 1,007. O coque analisado, contém 84, 9 de carbónio fixo e hidro-carbonatos e 15, 1% de cinzas. A turfa do Bom Jesus estende-se numa área de 100 hectares e a sua possança é de 3 metros.

A fôrma moderna do aproveitamento dos carvões negros (antracite, linhite, hulha) e que se usa, com êxito, na Itália, Suécia e Alemanha, é a sua pulverização, queimando-os, depois, em caldeiras especiais servindo, assim preparados, para gasogénios, fornos metalúrgicos e industriais, caldeiras a vapor, locomotoras, etc. e com uma enorme economia pois o consumo é sòmente de 565 para 1000 gramas do primitivo.

A destilação das linhites fornece benzóis, óleos pesados, amoníaco, do qual se extrai o azote.

Quanto a petróleo, é indubitável que existe, em Angola, um vasto lençol petrolífero do qual é concessionária a Companhia de Petróleo de Angola, cujo endereço telegráfico "Angoil", inglesado, faz presumir que seja uma ramificação do *trust* internacional dos óleos leves (gasolina, petróleo) e que, embora o seu contrato com o Estado seja datado de 6 de Abril de 1922, de há 13 anos para cá ela só se tem limitado a pesquisas, o que é bem pouco. E' muito natural que a exploração do lençol existente só se inicie quando estiverem esgotados outros jazigos existentes no Mundo e que o *trust* tem nas mãos.

Temos petróleo em Timor, em Aliambata, Suai e Pualaca, onde os indígenas o colhem como se fôsse água e, em Viqueque têm sido extraídos do sólo óleos que se usam nos motores Diesel e semi-Diesel, sem prévia rectificação.

Sociedade de Estudos de Angola

ACABA de fundar-se em Luanda uma colectividade cujo carácter cultural lhe assegura o cumprimento de grandiosa missão numa terra em que, no género, há imenso a fazer, e que, por isso mesmo, conquistou, logo de entrada, a mais espontânea e calorosa adesão de todos aquêles nomes que na capital da grande Província de Angola, gozam de merecido prestígio e ocupam posições de relêvo, quer na alta administração e professorado, quer nas letras e no jornalismo.

Partiu a vitoriosa iniciativa do Sr. Dr. Cruz Malpique, ilustrado e culto professor do "Liceu Central de Salvador Correia". Oiçámo-lo, pois, acêrca da bela obra que concebeu e à qual procura dar corpo e forma do modo mais auspicioso, respigando, com a devida vénia, de "O Comércio", estas palavras que são uma síntese felicíssima de seus pensamento e propósitos, tão dignos de apreço e louvor:

A frase de Lord Curzon tem, para nós, um sentido mordaz porque temos carvão e não o exploramos, o que é pior que se não o tivéssemos.

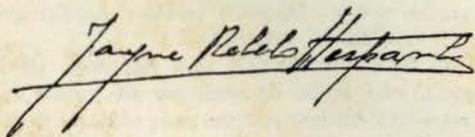
Estamos, talvez, esperando que outros façam o que, de há muito, deveríamos ter feito e, entretanto, vamos exportando para o estrangeiro caudais de ouro, nababescamente, em troca de mercadorias que possuímos mas não utilizamos. E' incompreensível.

Forneceram elementos para êste trabalho:

"Boletins Mensais da Direcção Geral de Estatística" n.ºs 12 de 1933 e 1934.

Catálogo descritivo da colecção de minérios enviados à Exposição de Londres, pelo engenheiro José Bacelar Bebiano — Imprensa Nacional de Luanda — 1921".

"Colónia de Angola" — Repartição dos Serviços de Indústria e Minas — 1933.



"¿Mas que pensa realmente fazer a Sociedade de Estudos de Angola? Em primeiro lugar conhecer e dar a conhecer Angola — dá-la a conhecer e conhecê-la cientificamente na sua geologia, na sua flora, na sua fauna, na sua economia, no seu clima, na sua etnografia, nos seus recursos presentes e futuros, na sua história, na sua geografia. Isto é imenso mas, não esgota o entusiasmo da Sociedade de Estudos de Angola, que em *Revista* a saír oportunamente dará lugar de relêvo, a par dos estudos locais, aos temas de interêsse universal. "Homem sou, e nada do que é humano me é indiferente", como dizia julgo que o Terêncio. O mesmo acontece à Sociedade de Estudos de Angola que não quer viver indiferente à vida do planeta. A *Revista* a fundar será o cordão umbilical que ligará a Sociedade a tôda a vida intelectual, social e artística que se vai passando por êsse mundo.

"Progrâma ambicioso? Sonhar em voz alta? Deixem falar. É dos grandes sonhos que saêm as grandes realizações, sobretudo se os que sonham são, a par de sonhadores, homens de acção e vontade. A Sociedade de Estudos de Angola conta já, entre os que lhe deram a sua adesão, alguns homens dessa têmpera. O entusiasmo é comunicativo. Ao lado dêsses elementos de *élite*, os insignificantes como eu não terão vagar para esmorecer. A ver vamos".

Não haverá paz em África, e por conseguinte no mundo, se à nação que transformou a Europa num quartel, fôr dado um palmo de terra de onde ela foi banida pelo esforço dos soldados britânicos e dos da União Sul Africana.

Qualquer estadista que apoie estas intrigas e ameaças, é um inimigo da paz. Prepara um continente, já sobrecarregado com muitos e graves problemas, para uma dura prova. Portanto, aquêles que têm a responsabilidade de milhões de indígena existentes nêsse continente, têm o dever de evitar que tal suceda.

SIR ABE BAILEY

O Sr. Teixeira Gomes — essa nobre figura intelectual que pelo espaço de dois tormentosos anos exerceu com inextinguível dignidade e suprema elegância moral o cargo de Presidente da República Portuguesa — publicou em edição da "Seara Nova", com um êxito de crítica e de livraria que já conquistou foros de sensacional, o seu novo livro *Regressos*.

Obra encantadora e admirável de evocações e de saudade — de homens, de coisas e de paisagens —; evocações em geral pitorescas e até burlescas, mas às quais não é, também, de tódo alheia, antes, por vezes, bem acentuada, a emotividade da nota sentimental ou nostálgica, tão natural e justa naquêles que já muito viveram e viajaram. Lê-la é uma delícia, um prazer divino para os amantes das galas do espírito e para os apaixonados da boa, da saborosa prosa portuguesa. Em Portugal, com excepção de Aquilino Ribeiro, que se encontra em igual plano, a maestria do Sr. Teixeira Gomes como lavrante do vernáculo é natural, indiscutível. Clareza, proporção, colorido, aticismo espontâneo, eis os atributos que se conjugam para dar ao estilo do autor de *Agosto Azul* aquêlê sabor de vinho palhete, leve mas espirituoso, que se bebe pelo verão e que nos escorrega admiravelmente pela garganta, a matar-nos a sede ao mesmo tempo que afaga e transporta...

O Sr. Teixeira Gomes veio mostrar que nem todos os espíritos envelhecem. Por sobre o seu, tão facetado e brilhante, os anos passam, mas não contam nem pesam. E mais ainda, que continúa a ocupar o lugar que na geografia literária de Portugal se marcou há muitos anos com o *Inventário de Junho*, — lugar ameno e luminoso, vedado aos intrusos por sebes floridas, pontilhado de rosas e rescendente de arômas, que só os deuses seriam capazes de disputar-lhe se, como antigamente, ainda viessem passar na Terra suas vilegiaturas, espalhando, entre prazeres, a neurastenia da mansietude celestial...

"Junho, 25

Um dos principais números dos festejos antoninos é o bazar do Terreiro do Paço, cujas barracas o enchem quási todo. A que cerca o monumento de D. José é enorme e ostenta prémios apetecíveis. Clero, nobreza e burguesia, sob a direcção de um comité selecto, diligente e cuidadoso, trabalharam afanosamente para lhe dar o maior relevo, mas o êxito é fraco. Fui lá esta noite; escassa concorrência e essa mesma, na maioria, de mirones; ninguém compra.

Dirijo-me para a barraca da Duquesa de Palmela, onde está a rainha D. Amélia, cercada de damas da côrte, tódas elas imóveis, de mãos cruzadas e olharem o povo que passa. Aproximo-me e peço um mance-

ricão à Rainha, que me traz vários para escolher. Tomo um de meio tostão, dou uma nota de cinco mil réis para pagar, e peço o trôco, quando verosimilmente tódas aquelas damas supunham que era oferta. Grande reboliço no interior da barraca para arranjar trôco e eu impassível.

Depois de receber o trôco das mãos da Rainha (que são lindas) beijo-as respeitosamente e peço um cravo de papel.

— « Espere lá que lhe vou escolher um que tenha um verso bonito » — diz a soberana, sorrindo, com o sotaque afrancesado mas gentil. E feita a escolha entrega-mo por trinta réis. Aceito, pago os trinta réis, e de novo lhe beijo as mãos, porém mais demoradamente, com visível gôsto.

No povo que assiste à cena há um murmúrio de desagrado, e nos olhos das damas da côrte transparece a indignação.

Peço outro e outro cravo, repetindo de cada vez o beija-mão. Por fim a Rainha (para recompensar o bom freguês) oferece-me uma alcachofra e eu despeço-me com um beijo ainda mais prolongado. O povo abre alas para me deixar passar e nêle há quem me julgue um desavergonhado bajulador; as damas da côrte respiram de alívio e olham-me com desdem; a Rainha sorri com ar ao mesmo tempo indulgente e intrigado.

Junho, 26

Volto ao bazar do Terreiro do Paço e estava comprando bilhetes à condessa de Proença-a-Velha quando chegaram as Majestades. Aproximo-me do lugar onde a Rainha se instala. Reconhece-me logo e oferecendo-me sortes, observa: — « já ante-ontem tinha comprado, é verdade? »

Disse-lhe que sim acrescentando em francês que fizera com a alcachofra uma sorte para que a Rainha fôsse feliz. Ela fixa-me de relance, com um clarão de surpresa no olhar, e agradece. Pergunto-lhe se se diverte. — « Comme ça, comme ça... » — responde.

Compro-lhe bilhetes e apanho uma data de prémios que realmente me estorvam: abandoná-los seria descortês e ridículo, porém carregar com tudo aquilo para casa...

Enquanto falávamos, el-Rei aproximou-se com ar de quem queria também conversa, mas o oficial às ordens, que é do Algarve e casado com uma parenta minha, segreda-lhe qualquer coisa que o faz hesitar e logo retroceder. Disse-lhe (soube-o depois) que eu era um repúblicano assanhado.

Eu trouxe da Rainha uma impressão de funda simpatia, com laivos de pena por não poder ou não me resolver a cultivar relações onde entrevia momentos encantadores. »

"REGRESSOS"



Teixeira Gomes

(Desenho de Menezes Ferreira)

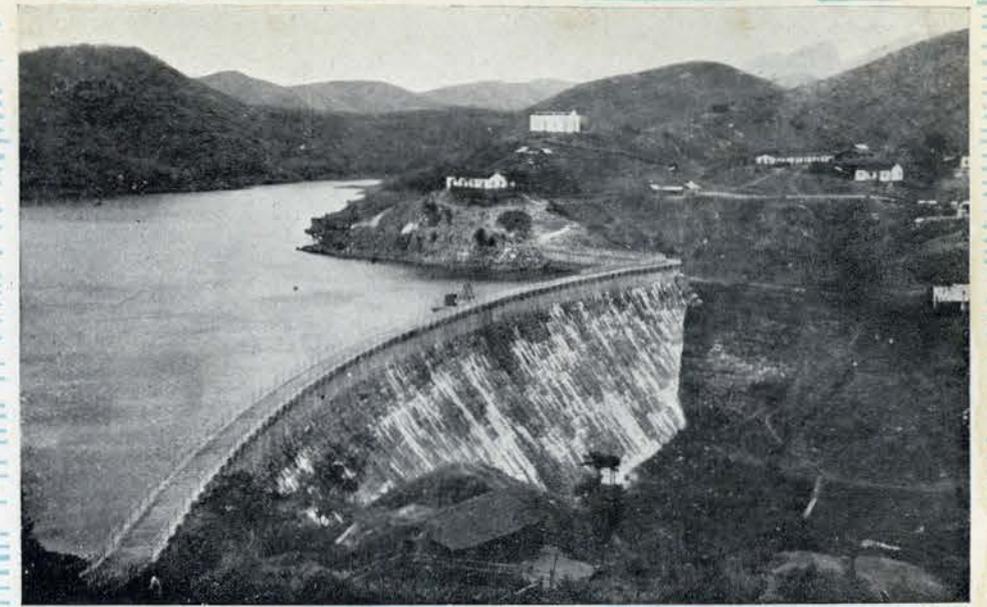
DIU

- PALÁCIO DO GOVERNO
- MONUMENTO A D. NUNO DA CUNHA
- DEPENDÊNCIA DO TEMPLO HINDU DA DEUSA KAMACXÁ DE SIRODÁ, NO CONCELHO DE PONDÁ
- RUA D. JOÃO DE CASTRO
- ENTRADA PARA A FORTALEZA.





PORTUGAL



BRASIL

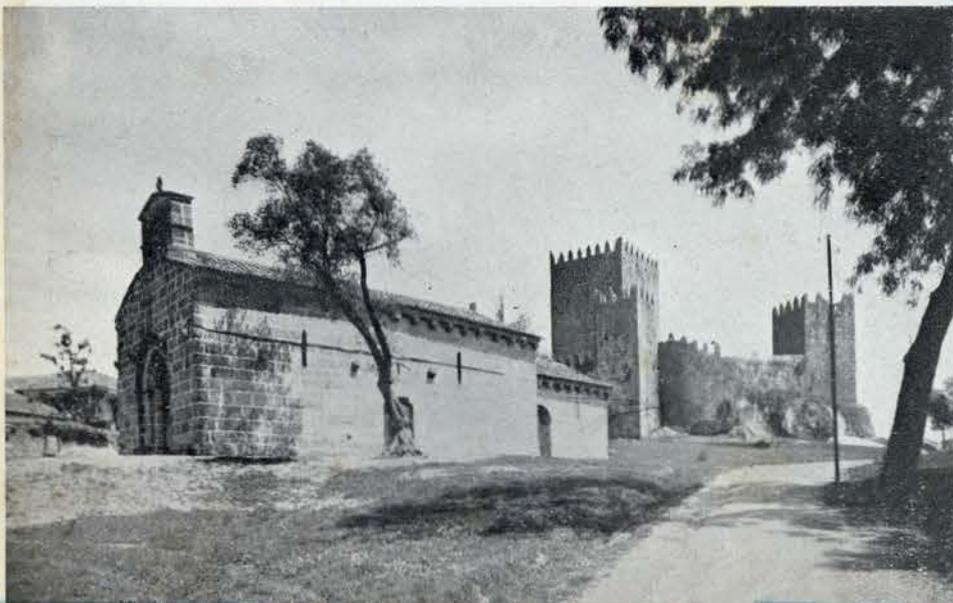
**Póvoa de Varzim
Castelo Branco
Guimarães**



**Ceará
São Paulo
Pôrto Alegre**

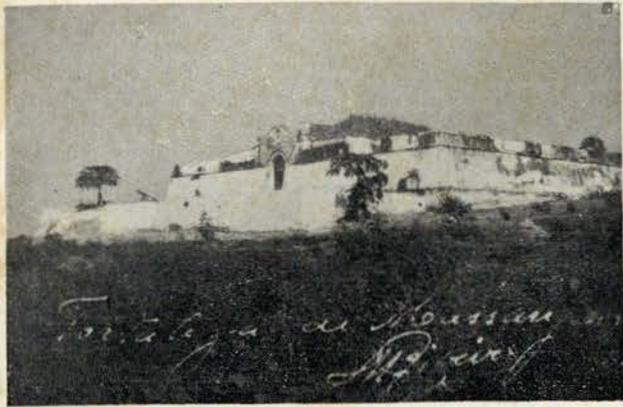


**Av. Mousinho
Ant. Paços do Concelho
Igreja de S. Miguel**



**Açude Acarape
Automóvel Club
Hidráulica Municipal**





*Fortaleza de São João
de Rio de Janeiro*

Heroicas

Ruínas
DE



*Igreja de S. Sebastião da
Vitória*



Igreja de S. Sebastião da Vitória

Mas -
san -
ga -
no.



CORREIA DIAS

O grande e admirável artista, cuja perda tão sentidamente deploramos, ocupou nos dois países atlânticos o papel saliente dos reformadores fecundos e fascinantes, pela sedução irresistível do seu talento e da sua Arte. Desde os primeiros passos da sua vitoriosa carreira artística, quando, ainda estudante, passeava pelas velhas ruas de Coimbra e pelas margens do doce Mondego, "cabeleira revólta à Musset e capa negra como o agasalho típico de António Nobre," o sonho distante e peregrino de romantico e de artista, a posição de Correia Dias foi a de um renovador triunfante, cuja flama se eleva, cintila, cria e arrasta prosélitos... Quer em Portugal, onde a acção do magnifico artista ora extinto nem por ser breve deixou de frutificar e surtir os mais benéficos efeitos, através de *A Águia* e *A Rajada*, revistas de Arte e Cultura, cujas páginas, inflamadas de rubro e escaldante espirito novo, tiveram o feliz condão de abrir, rasgar e dilatar horizontes a uma geração que trazia em si o ímpeto e a ambição de novas largadas, e que academismos obsoletos de tódas as espécies tentavam barrar a marcha e tolher os passos com os aparelhos ortopédicos das concepções caducas; quer, sobretudo, no Brasil, para onde se transferira em 1915, mal dobrára o Cabo da Boa Esperança dos vinte anos, arrastado pelos anseios da sua alma pura de sonhador insatisfeito, — não a chatinar, a converter prosaicamente as suas emotivas notas de Arte em sórdidas, porém, duramente cubiçadas notas de Banco, mas em busca de novas estrelas, novas paisagens, novas cores, novos panoramas de um Mundo Novo, para doce admiração e suave engano de seus olhos negros e tristes, caminheiros eternos e melancólicos, peregrinos de uma estrada irreal... — Correia Dias realizou uma obra extraordinária e copiosa, que o tornou querido e admirado. Decorador, pintor, escultor, ceramista, ilustrador, caricaturista, encadernador e desenhista, tudo isso éle foi e do modo mais admirável para a Arte como honroso e brilhante para o seu nome.

Só neste grande país, — cuja alma auscultára com um carinho nunca igualado por nenhum outro artista estrangeiro — Correia Dias deixou, dispersos em livros, jornais e revistas, mais de cinco mil originaes, sem contarmos as numerosas exposições que realizou, sempre prestigiadas pelos louvores da crítica e favores do público, nem lembrarmos os interessantísimos ensaios da original e pitoresca arte marajoá.

Com justa razão todos os jornais do Rio de Janeiro lamentaram em termos sentidísimos a morte trágica do talentoso artista, salientando o ecletismo e a beleza da sua obra, — produto de vinte anos de acti-

vidade consecutiva, assim postos em relêvo pelo circunspecto e grave "Jornal do Comércio":

"Os vinte anos que Correia Dias passou entre nós foram de uma intensa actividade. Homem de prodigiosa vivacidade mental, não descansou um único dia. E cada hora que passava era uma renovação para os seus desenhos. Seus dedos, ágeis, modelavam a cerâmica cheia de pensamento dos oleiros de Marajó e riscavam ilustrações líricas para os livros de futuros académicos. Quem esqueceu as miniaturas de *Nós*, do Sr. Guilherme de Almeida?"

Poucos dias antes de seu desnorante epílogo, tivemos a alegria de o rever nesta casa que éle amiúde honrava. Avistou-se connôco principalmente para combinarmos em linhas gerais como deveria ilustrar-se a *Cartilha Colonial*, que a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA vai editar, da autoria do seu companheiro dos saúdosos tempos de Coimbra, Augusto Casimiro.

É certo que havia na sua expressão um mixto acentuado de cansaço e melancolia — um tom mais profundo daquêle ar alheado e distante com que sempre o conhecemos e com o qual em sonho atravessára esta negra Vida... Mas nem por sombras poderíamos supôr que dias depois teríamos de acompanhá-lo com o coração a sangrar até à derradeira morada, vencido por aquela torturante, inclemente e fatal neurastenia que o não largou nos últimos tempos e que o fizera dar aos amigos que lhe foram levar em Lisboa, há um ano, os abraços de despedida, no cais de Alcântara, esta resposta simultâneamente ambígua e profética:

— Quando voltarás à Patria e aos amigos?

— Sei lá... sei lá. Provavelmente quando não haja nuvens no céu nem ondas no mar.

— E Coimbra?

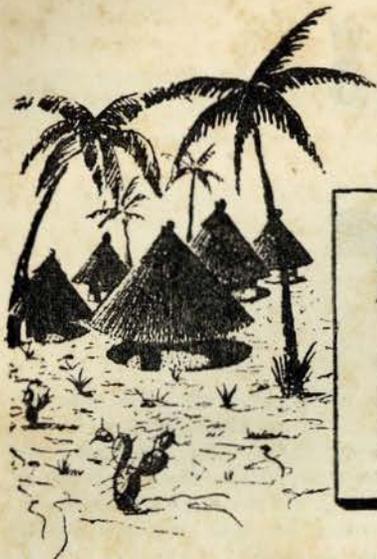
— Essa encontrámo-la nos passos que damos à sua busca, mas foge para longe, assim que tentamos apanhá-la com as mãos, na forma lunar da sua lenda.

*

Fernando Correia Dias de Araujo, nascido em Portugal, em Penajoia, contava 43 anos de idade, era casado desde 1921 com a professora, poetisa e desenhista Cecilia Meirelles, e deixa três filhas: Maria Elvira, Maria Fernanda e Maria Matilde.

*

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, deplorando a irreparável perda de tão preclaro e devotado consócio, apresenta à Ex.^{ma} Viúva de Correia Dias, D. Cecilia Meireles, o mais vivo e profundo sentimento de pesar.



PANORAMA

MANUEL ANTÓNIO DE SOUSA

O destemido capitão-mór dos antigos territórios de Manicã e Quiteve, — cujo primeiro centenário do seu nascimento se completou no dia 10 de Novembro e se comemorou com a pompa merecida, tanto na Índia, sua terra natal, como em Moçambique, onde viveu o melhor de sua existência de esplendoroso dinamismo — fora um português daquela impávida estirpe que, na África como na Ásia e na América, realizou grandes e prodigiosas coisas sob a inspiração constante e irreprimível do prestígio e engrandecimento nacionais. Homens de actividade exuberante, de forças por vezes tumultuosas mas não turbulentas, verdadeiros *animais de acção*, intrépidos e valentes como as armas, — capazes de praguejar e soltar meia duzia de palavrões desafortados nos momentos decisivos, mas também susceptíveis de se regalarem com a leitura de bons livros nas raras horas de lazer —, êsses portugueses, insulados, perdidos, quasi sempre sem auxílios de nenhuma natureza, transformados milagrosamente, pela força premente de um ideal patriótico, sublime e ardente, em células vivas e aglutinantes de lusitanismo, realizaram entre gentes remotas e desconhecidas uma obra ímpar na história da colonização mundial, que é dever nosso glorificar e ennaltecer com dignidade e firmeza.

*

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, desejando de algum modo colaborar nas homenagens prestadas à memória do heróico filho de Bardez, — rebento de uma família de modestos proprietários e agricultores cujo chefe sempre se orgulhou da sua qualidade de *gançar* da comunidade de Mapuçá —, que, por seus serviços à Nação, recebeu as mais altas homenagens da Mãe-Pátria, e por seus actos não seria temerário chamar-lhe — à semelhança de Cecil Rhodes — o *Napoleão de Manicã e Quiteve*, honra-se com a seguinte transcrição da parte final do discurso pronunciado na Câmara Municipal de Bardez, pelo Dr. Teodoro de Sousa, perante S. Ex.^a o Senhor Governador do Estado da Índia, General Carneiro Lopes:

“*Manuel António de Sousa*, visto assim no proscénio da história, é bem um vulto, uma grande figura

do passado. Como guerreiro, como soldado, o seu heroísmo é digno duma epopeia. Em tôda a sua vida, ainda hoje, exumada do pó do tempo, sente-se perpassar a nota vibrante do fragor das batalhas. No seu arcabouço firme e rijo, tal como se adivinha nêsse retrato que desde hoje fica exposto nesta casa à veneração do povo, devia rugir, por certo, uma alma de leão, indomável na sua fúria e na sua coragem, e na sua frente de linhas graves brilhar o olhar de águia, que vê tudo e vê claro.

Êste índio pelo seu ardor bélico parece querer lembrar a sua origem distante, porque, de algum modo, reatou o fio duma tradição, embora muito remota. A Índia, que é o decantado país de sonho e de lenda, é também o berço de guerreiros cuja memória se perde na noite dos tempos.

Mas não é apenas a sua faceta pura e simples de guerreiro que se impõe à nossa admiração, por mais intenso que seja o seu brilho. E', sobretudo, pelo sentimento generoso que a emmoldurou, esporeando os seus brios e as suas energias, assinalando a finalidade do seu esforço no campo da luta, que Manuel António de Sousa se ergue hoje, como sempre, ante os nossos olhos assombrados, no pedestal da sua glória. A grandeza do seu espírito mede-se com justeza, com rigor, na justaposição dêsses dois elementos dinâmicos — o seu valor guerreiro e o seu amor a Portugal que se fundiram e amalgamaram ao calor da chama da Pátria, nas campanhas de pacificação da África.

Manuel Antonio de Sousa teve sempre, na sua mente, bem gravada a imagem bendita da sua Mãe-Pátria, que é a Pátria gloriosa de todos os grandes heróis que talharam a golpes de audácia o Império Colonial Português. Nutria um culto de fêrvida admiração pelo seu passado grandioso e sentia-se como que inspirado pela bravura indômita da raça que obrou prodígios de tão alto valor. Via ainda a meio a obra a realizar em África, para afirmação positiva da soberania portuguesa. Encontrou territórios onde ainda dominavam os seus régulos, chefes de guerrilhas que punham em cheque o prestígio da Nação.

Era valente por temperamento, e tinha fazendas, tinha homens e tinha armas. Era disciplinador e disciplinado, sabia de tactica, possuia todos os elementos de luta. Todos êstes recursos pô-los êle, galhardamente, nobremente ao serviço de Portugal e êle próprio fez-se um dos seus dedicados e valerosos soldados, mas um soldado que pôsto no meio daquêles sertões tinha a sua concepção nítida da função colonizadora, no exercêcio da qual nos intervalos em que depunha a espada assumia o papel de educador e ministrava ao indígena pacifica-

do as lições práticas de civismo e de trabalho são e honesto, fazendo política hábil de atracção.

Na história da colaboração secular da Índia com Portugal, na sua missão civilizadora, de que há exemplos brilhantes, em todos os campos de actividade, Manuel António de Sousa representa um tipo perfeito do mimetismo social que o índio sempre realizou, com vantagem em todos os tempos e em todas as latitudes, actuando como elemento de progresso.

Ao seu ardor de combatente, ao seu poder de penetração, ao seu pulso vigoroso de dominador das tribus selvagens se deveu, em grande parte, a pacificação de algumas terras africanas que se salientavam pelo espírito de revolta, e onde elle chegou a ser proclama do herói vencedor, e mesmo, erigido à categoria de régulo, mas régulo absolutamente fiel a Nação. "A" firmeza da sua vontade — dizia ainda o seu biógrafo coevo, a que mais duma vez me referi atrás — se deve o manter-se o nosso domínio em regiões que, aliás, nos teriam sido talvez disputadas pelo Gungunhana... Manuel António de Sousa é hoje um grande elemento de força da provincia de Moçambique".

Portugal, por quem Manuel António de Sousa, se bateu tão denodadamente e a quem deu o sangue das suas veias, morrendo afinal às zagaiadas dos negros — honra lhe seja — foi também quem primeiro lhe fez justiça. Apreciou o seu esforço, enalteceu os seus serviços e, além de cobri-lo de honras officiais, deu-lhe provas da sua alta consideração pelo boca das suas figuras máximas, como o rei, ministros, políticos eminentes, escritores e oradores de renome e, ainda por intermédio dumadas das suas instituições mais representativas, a Sociedade de Geografia de Lisboa. O testemunho foi eloquente e teve o seu aprego inconfundível, não só por partir donde partiu, como porque elle o recebia ainda em vida. E demonstrou mais uma vez da parte da Mãe-Pátria, na ternura do seu agradecimento, o seu sentimento igualitário que não admite distincções de cor ou de raça, perante o mérito e o valor dos cidadãos.

Mas dentre esses elogios, de fonte insuspeita, de autoridade incontestável o maior, o melhor está nestas palavras de Paiva de Andrada, que em Manuel António de Sousa, na última fase da sua vida, teve o seu mais assíduo colaborador e dedicado auxiliar: « E' minha profunda convicção de que não existe pessoa alguma, na Metrópole ou em África, cujos serviços ao País, na Provincia de Moçambique, se iguálem aos de Manuel António de Sousa". Palavras que soam como um cântico de glória e ao mesmo tempo pesam como ouro de lei, elas ficarão sempre como uma legenda a sobre-dourar a memória do herói.

Toca agora sua vez a Índia que o viu nascer, que lhe embalou a infância, que lhe insuflou esse alento hercúleo e o impeliu a tão altos destinos, mas que não teve a dita de recolher os seus ossos. Hoje, primeiro centenário do seu nascimento, tem em compensação a grata consolação de o ver surgir, no esplendor da sua glória, por virtude dum milagre que só a História é capaz de realizar. Porque, como bem disse Michelet, a História é, efectivamente, e sobretudo, uma ressurreição. Ressurreição de almas privilegiadas na tela prodigiosa da vida no ritmo dos factos que evoluíram sob o seu poderoso influxo. São imutáveis as suas leis, são indefectíveis os seus juízos. Condenando ou glorificando, é pura como a Verdade, de que é fiel deposti-

tária, é serena como a Justiça, que é a sua constante guia.

A Índia, fazendo-se eco da voz da História, rende a sua homenagem de admiração ao filho que tanto a dignificou pelo seu esforço nobre e audaz e, orgulhosa, remira-se no espelho límpido do seu exemplo em que a sua lialdade aparece elevada ao seu máximo expoente.

Glória a Manuel Antonio de Sousa!

Glória à Índia que lhe deu berço!

Glória a Portugal que pode apontar ao mundo formações tão belas, com esta, do seu esforço colonizador e da sua secular política de assimilação, inaugurada no Oriente pelo génio de Albuquerque!"

CRUZEIRO AÉREO

Ora eis aqui um empreendimento aviatório de grande envergadura, e ao qual não seria justo negar apoio e do mesmo passo regatear aplausos àquelles que brilhantemente o efectivam com a portuguesa galhardia de todas as eras, como também ao governo que o tornou possível e às autoridades que o patrocinam.

Este, sim, é um cometimento da Aeronáutica lusitana de objectivos largos e claros, que se descortinam à primeira vista, que entram pelos olhos dentro, e que não se podem confundir com outras espécies de *raids* suspeitamente anunciados pelas agências telegráficas. E já que chegamos a um ponto, do qual pretendíamos passar por largo, seja-nos lícita a seguinte recomendação, que aqui confidenciamos em família, antes que estranhos no-la atirem à cara: O período heróico da aviação já passou, como passaram as cabeleiras postigas, as tipoiás, os fadistas de fartas melenas as sobrecasacas solenes e fúnebres... Tudo isso foi chão que deu uvas. Tentar, por conseguinte, ressuscitar, reviver esse tempo, seria, por conseguinte, o mesmo que passear pelo mundo, por entre gargalhadas homéricas, verdadeiramente gostosas, todos os ridiculos de um quichotismo hilariante e sem propósito. Ir, daqui, do Rio de Janeiro — a sedutora cidade maravilhosa — até Paris — a cidade luz —, ou vice-versa, todas as semanas, em 48 horas, já não causa espanto nem surpresa a ninguém. Quando muito, um ou outro forasteiro, se calha passar pela Avenida Rio Branco, pára por instantes a ler os titulos dos últimos jornais parisienses expostos nas vitrines da *Air France*, e segue, indiferente, o seu destino. E a verdade é que Mermoz e seus companheiros não se melindram com isso, nem se poderiam melindrar, porque, para se melindrarem, seria mister que se tivessem na conta de heróis.

(Herói, hoje em dia, em plena vibração do segundo quartel do Século XX, é um bicho antediluviano, a catalogar com os mastodontes e os mamuthes... E se pelo Chiado ainda passeiam, com ares de elegância triunfante, alguns desses especímes, julgamos aconselhável recolhê-los sem demora ao Jardim Zoológico para que não se extinga a raça e principalmente para deixarem o espaço livre aos homens com o senso das realidades e as virtudes da verdadeira noção da justa medida do ridículo).

E fechado este parêntesis, retomamos o fio da breve notícia com que a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO significa à Aeronáutica Portuguesa a sua admiração e bem assim os seus votos de boa e

(CONTINUA NA PAG. 240)

NOTICÁRIO

SARMENTO DE BEIRES

A SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, reunida extraordinariamente sob a presidência da Ex.^{ma} Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, recebeu a honrosa visita do ilustre aviador Sr. Tenente-Coronel J. M. Sarmento de Beires, que assim se dignou retribuir os cumprimentos que esta coletividade lhe apresentara em sua residência, alguns dias depois dele se achar no Rio de Janeiro.

Abriendo a sessão, a digníssima presidente da Assembleia Geral deu a palavra ao Sr. Francisco das Dóres Gonçalves, que saudou o nobre visitante, não apenas na sua qualidade de aviador mundialmente famoso, mas também no complexo da sua personalidade de escritor, engenheiro, técnico de aeronáutica e português que por seus méritos e trabalhos pode dar, e nunca receber, lições de patriotismo.

Começou o nosso companheiro por afirmar que a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO era uma casa de todos os portugueses, a todos aberta para que nela se inscrevam quando o queiram, leiam os seus livros e jornais, compulsem os seus arquivos, por conseguinte sem quaisquer distinções de cor, raça, ideologia política ou credo religioso. Ora desde que assim é, o antigo Comandante do *Árgus* não podia, nem deveria, considerar-se visitante de uma casa que por direito e pelo sagrado amor pátrio que nela se respira, também lhe pertence, — porque é de todos e para todos o ideal pan-lusitano da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

“Grata aos aplausos como insensível do intermitente borbulhar de insignificantes perfídias, a SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA não esmorece, não se apaga nem se dilui. Ao contrário, progride, a sua influência cada vez mais se amplia, trabalha sem desfalecimentos pela efectivação de seus objectivos, procurando, sempre que se lhe oferecem tais ensejos, mostrar e combater o primarismo da mentalidade portuguesa com relação ao Brasil e a forma simplista, que até parece irónica, como nos julgam ou se lembram de nós quando rachou o sino da igreja de Paio Pires e querem outro novo, ou os bombeiros voluntários de qualquer lugarejo onde o “diabo perdeu as botas” pretendem uma auto-maca ou coisa semelhante.

“Para que a Colónia portuguesa do Brasil possa desempenhar na comunidade do Império, dentro da sua esfera de colónia sem bandeira, aquela posição necessária e de direito, é indispensável que nos julguem como somos e pelo que somos, gravando para sempre, na memória, sobretudo quantos têm responsabilidades na vida pública de Portugal, estas palavras lapidares do ilustre vice-presidente do Directório da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, figura proeminente do nosso quadro social, Sr. Dr. Sousa Baptista: “Se a Colónia portuguesa não é decididamente

uma academia, e mal de nós se o fôsse, é inegavelmente uma sociedade como aquela que povoa o solo da nossa pátria, com as mesmas camadas, as mesmas elites; e devo dizer que neste clarão imenso, que é hoje a civilização brasileira, ainda há portugueses que brilham, com a força do seu saber e os poderosos recursos da sua inteligência. Estes são os nossos guias.”

“E, pois, mister, e bom, termina o nosso companheiro e presidente da Directoria, Sr. Francisco das Dóres Gonçalves, que isto se saiba e diga em Portugal, e V. Ex.^a Sr. Comandante Sarmento de Beires, não só possui autoridade para o dizer, como tem o dever de o fazer, com o que prestará mais um grande e novo serviço a Portugal.”

O Sr. T.^{te} Coronel Sarmento de Beires, agradeceu as saudações que lhe dirigiu o intérprete dos sentimentos da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, disse da admiração que a sua obra lhe merece e prometeu corresponder ao apelo que se lhe fez, quando as circunstâncias o permitirem.

Ao encerrar-se a reunião, o ilustre visitante foi aclamado, por unanimidade e indicação do Sr. F. das Dóres Gonçalves, sócio-cooperador da LUSO-ÁFRICANA, o que ele também agradeceu como agradecera os votos de imediato restabelecimento da saúde de S. Ex.^{ma} Esposa, formulados pela Exma. Sra. Doutora Fernanda Bastos Casimiro, ao servir-se um “Pôrto de Honra.”

SÓCIAS COOPERADORAS

A Directoria da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que dirigiu os destinos da instituição durante o biénio de 1934-1935, encerrou o seu mandato com a concessão do título de sócias cooperadoras às Ex.^{mas} Senhoras D. Maria Archer, D. Maria Amélia de Miranda Rodrigues e Dr.^a Branca Possolo de Faria, nomes que se vêm afirmando como notáveis valores intelectuais e morais com que é preciso e se pode contar para elevação e prestígio da causa colonial portuguesa, que é a verdadeira e principal causa da Nação.

PROF. ANTÓNIO M. GUERREIRO

A Directoria da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, conferindo o título de sócio-correspondente ao Sr. Professor António Maria Guerreiro, não quis apenas homenagear a inteligência e o saber desse português de lei, desse português de ouro, porque quiz também saudar a larga e honrosa folha de serviços que à causa do pan-lusitanismo essa nobre figura de patriota há longos anos vem prestando com uma devoção sem limites, com uma fé lusitana exemplar e inquebrantável.

Quadro da Divisão Administrativa de Moçambique

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscrições	Postos administrativos		
SUL DO SAVE: Séde — Cidade de Lourenço Marques	LOURENÇO MARQUES Séde: Lourenço Marques	LOURENÇO MARQUES (concelho de 1.ª classe) Séde: Lourenço Marques	Munhuama Namaacha Ressano Garcia Uanetze Catuane Catembe Inhaca Alto Limpopo Massingir Saúde		
		GAZA (conselho de 3.ª classe): Séde: Vila João Belo			
		MARRACUENE (circunscrição): Séde: Vila Luiza			
		MANHIÇA (circunscrição): Séde Manhiça			
		SABIÉ (circunscrição): Séde: Moamba			
		MAGUDE (circunscrição): Séde: Magude			
		MAPUTO (circunscrição): Séde: Bela Vista			
		BILENE: (circunscrição): Séde: Macia			
		MUCHOPES: (circunscrição): Séde: Majacaze			
		CHIBUTO: (circunscrição) Séde: Chibuto			
		GUIJA: (circunscrição): Séde: Caniçado			
		INHAMBANE Séde: Inhambane		INHAMBANE: (concelho de 2.ª classe): Séde: Inhambane	Cumbana Mavume Zimane Massinga Maxixe Panda
				VILANCULOS: (circunscrição): Séde: Vilanculos	
				MORRUMBENE: (circunscrição): Séde: Morrumbene	
HOMOINE: (circunscrição): Séde: Manhica					
INHARRIME: (circunscrição): Séde: Inharrime					
ZAVALA: (circunscrição): Séde: Quissico					
ZAMBÉZIA Séde — Quelimane	QUELIMANE Séde: Quelimane		QUELIMANE: (concelho de 1.ª classe): Séde: Quelimane	Inhassunge Luabo Micaúne Mocubela Mugeba Mulevala Alto Ligonha Gilé	
		CHINDE: (concelho de 3.ª classe): Séde: Chinde			
		MAGANJA DA COSTA: (circunscrição): Séde: Vila Maganja			
		ILL: (circunscrição): Séde: Errego			
		ALTO MOLÓCUÊ: (circunscrição): Séde: Alto Molócuê			

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscrições	Postos administrativos		
ZAMBÉZIA	Séde — Quelimane . . .	PEBANE: (circunscrição):	Mualama		
		Séde: Pebane	Nabúri		
		LUGELA: (circunscrição):	Munhamade		
		Séde: Muobede			
		MILANGE: (circunscrição):	}		
		Séde: Milange			
		NHAMARROI: (circunscrição):	}		
		Séde: Nhamarroí			
		GURUÉ: (circunscrição):	Lioma		
		Séde: Gurué	Mocuze		
		BOROR: (circunscrição):			
		Séde: Mocuba	Malinguine		
		ZAMBEZE: (circunscrição):	Campo		
		Séde: Mopea Velha			
		MASSINGIRE: (circunscrição):	Morrumbala		
		Séde: Metolola			
		TETE	Séde: Tete	TETE: (concelho de 2.ª classe):	Capanga
				Séde: Tete	Zébué
				ZUMBO: (circunscrição):	Carinde
Séde: Zumbo					
MARÁVIA: (circunscrição):	Chipera				
Séde: Fingoé	V. Vasco da Gama				
CHICOA: (circunscrição):	Magué				
Séde Chicoa	Chioço				
BÁRUÉ: (circunscrição):	Changara				
Séde: Vila Gouveia	Mandiè				
ANGONIA: (circunscrição):	Mungari				
	Séde: Vila Coutinho			Macossa	
MUTARARA: (circunscrição):	Metengo-Balame				
Séde: Mutarara					
CHARRE: (circunscrição):	Charre				
Séde: Mutarara	Ancuaze				
MACANGA: (circunscrição):	Cazula				
Séde: Furacungo	Chiuta				
	Vila Gamito				
NIASSA	Séde — Cidade de Moçambique	MOÇAMBIQUE: (concelho de 1.ª classe):	}		
		Séde: Moçambique			
		NAMPULA: (concelho de 1.ª classe):	Murrupula		
		Séde: Nampula			
		ANTÓNIO ÉNES: (concelho de 3.ª classe):	Quilua		
		Séde: Antonio Enes		Bóila	
		MEMBA: (circunscrição):	Lurio		
		Séde: Momba			
		ERATI: (circunscrição):	Nacaroa		
		Séde: Namapa			
IMALA: (circunscrição):	Mufte				
Séde: Muecate	Mecubúri				

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscricões	Postos administrativos
NIASSA Séde — Cidade de Moçambique.....	MOÇAMBIQUE.....	NACALA: (circunscricão):	Netia
		Séde: Nacala.....	Itoculo
		MOSSURIL: (circunscricão):	Lunga
		Séde: Mossuril.....	Monapo
			Matibane
			Lumbo
		MECONTA: (circunscricão):	Corrane
		Séde: Meconta.....	
		MOGINCUAL: (circunscricão):	Quinga
		Séde: Mogincual.....	Errates
		RIBÁUÊ: (circunscricão):	Lalaua
		Séde: Ribáuê.....	Malema
		MOGOVOLAS: (circunscricão):	Muatua
		Séde: Nametil.....	Iulúti
	MOMA: (circunscricão):	Chalaúa	
	Séde Moma.....	Larde	
	AMARAMBA: (circunscricão):	Maúa	
	Séde: Cuamba.....	Mecanhelas	
	METARICA: (circunscricão):	Muembe	
	Séde: Litunde.....	Mecula	
	Lucinge		
METÓNIA: (circunscricão):	Mandimba		
Séde: Vila Cabral.....	Catur		
	Unango		
LAGO: (circunscricão):	Cóbuè		
Séde: Maniamba.....	Metangula		
	Macaloge		
PÔRTO AMELIA.....	PÔRTO AMELIA: (concelho de 2.ª classe)	Metuge	
	Séde: Pôrto Amelia.....	Ancuabe	
	IBO: (conselho de 3.ª classe):		
	Séde: Ibo.....		
	TUNGUE: (circunscricão):	Nangade	
	Séde: Palma.....	Quionga	
	MACONDES: (circunscricão):	Negomano	
	Séde: Mocímboa do Rovuna.....	Miteda	
		Nairoto	
	MOCIMBOA DA PRAIA: (circunscricão):	Muidumbe	
	Séde: Mocímboa da Praia.....	Mumo	
	MUCOJO: (circunscricão):	Macomia	
	Séde: Mucojo.....	Quiterajo	
	QUISSANGA: (circunscricão):	Bilibiza	
	Séde: Quissanga.....	Muaguide	
		Meluco	
MONTEPUEZ: (circunscricão):	Meloco		
Séde: Montepuez.....	Namuno		
	Balama		
	Nungo		
LURIO: (circunscricão):	Ocuá		
Séde: Mecufi.....	Chíúre		

Províncias	Distritos	Concelhos e Circunscrições	Postos administrativos
TERRITÓRIO DE MANICA E SO- FALA Província da Zambézia	BEIRA.....	BEIRA	} Dondo
		Séde: Beira.....	
		CHIMÓIO:	} Gondola Bandula
		Séde: Vila Pery.....	
		MANICA:	} Mavita
		Séde: Macequece.....	
		BUZI:	}
		Séde: Nova Lusitania.....	
		CHEMBA:	} Chiramba Tambara Maringüe
		Séde: Chemba.....	
		NEVES FERREIRA:	}
		Séde: Vila Machado.....	
		SENA:	} Murraça Inharuca
		Séde: Vila Fontes.....	
CHERINGOMA:	}		
Séde: Inhaminga.....			
GORONGOZA:	}		
Séde: Vila Paiva de Andrade.....			
GOVURO:	} Bartolomeu Dias Jofane		
Séde: Nova Mambone.....			
MARROMEU:	} Lacerdónia		
Séde: Marromeu.....			
MOSSURIZE:	} Chicualacuala Massangena Chibabava		
Séde: Espungabera.....			
SOFALA:			
Séde: Nova Sofala.....	} Chingune		
MOCOQUE:	} Macovane		
Séde: Mocoque.....			

PANORAMA

(CONTINUAÇÃO DA PAG. 235)

feliz viagem aos tripulantes dos nove aeroplanos que vão visitar a Guiné, Angola e Moçambique.

A esquadra aérea partiu, de Lisboa no dia 14 de Dezembro, sob o comando do Inspector da Arma de Aeronáutica, Sr. Coronel Cifka Duarte, e levou, como comandantes de esquadriha, os Srs. Tenente-Coronel Ribeiro da Fonseca e Majores Pinheiro Correia e Pinho da Cunha. O percurso total a realizar será de 14.845 quilómetros, dividido pelas seguintes etapas:

Amadora — Casablanca.....	790 qms.
Casablanca — Cabo Juby.....	935 >
Cabo Juby — Port Etiène.....	950 >
Port Etiène — Dakar.....	800 >
Dakar — BOLAMA.....	400 >
Total.....	3.875 >
Bolama — Kayes.....	600 >
Kayes — Bakamako.....	500 >
Bakamako — Anagadougou —.....	700 >
Anagadougou — Niamey.....	600 >
Niamey — Zinder.....	700 >

Zinder — Fort Lamy.....	600 >
Fort Lamy — Fort Archambault.....	500 >
Fort Archambault — Bangui.....	600 >
Bangui — Coquilhatville.....	650 >
Coquilhatville — Leopoldville.....	700 >
Leopoldville — LUANDA.....	600 >
Total.....	6.750 >
Luanda — Benguela.....	460 qms.
Benguela — Nova Lisboa.....	400 >
Nova Lisboa — Vila Luso.....	460 >
Vila Luso — Elisabethville.....	900 >
Elisabethville — Tete.....	820 >
Tete — Beira.....	430 >
Beira — Inhambane.....	350 >
Inhambane — LOURENÇO MARQUES.....	400 >
Total.....	4.220 >

A esquadra, no regresso, aterrará ainda em Hum-pata, Mossâmedes, Vila Cisneiros e Agadir, de forma que o seu percurso total, de ida e volta, andarà à roda de 300.000 quilómetros, com uma previsão de 200 horas de vôo.

Ex.^{mo} Senhor:

Se V. Ex.^a deseja continuar a receber o "Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro," é favor devolver-nos o presente bilhete, devidamente preenchido, afim de nos permitir organizar os serviços de estatística e controle desta colectividade.

António de Sousa Amorim
Secretário

Ex.^{mos} Srs.

Directores da:

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Recebi o N.^o..... do Boletim dessa Sociedade.

de..... de 193.....

.....

.....

.....

A'



Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Rua 13 de Maio, 33 - 5.º andar

BRASIL

RIO DE JANEIRO

